



## 017ª CEDECONDH 28MAI2024

**Pauta:** A gestão dos abrigos durante as enchentes.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** (14h09min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Boa tarde, pessoal, Deus abençoe a todos, são agora 14h09min. Nós já temos quórum para começar com a presença da nossa proponente, a Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, nosso vice-presidente Adeli Sell, nosso decano Pedro Ruas e este amigo que vos fala. Todos estão ouvindo?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Sim, perfeitamente.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ...os equipamentos aqui, mas eu vou organizar direitinho. Já temos a presença aí... Quem está do governo? Secretaria de inovação e gestão dos abrigos, Luiz Carlos Pinto, secretário. Está por aí?

**SR. LUIZ CARLOS PINTO:** Aqui presente.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** Seja bem-vindo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Jorge Brasil e a Juliana Bento? (Pausa.) (Problemas na conexão.) ...procuradora se encontra também? Cucchiarelli. Fundação de Assistência Social... (Problemas na conexão.) ...Vitor Hugo de Alcântara Filho, vice-presidente?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Não, mas eu já avisei a pessoa de referência, talvez ela consiga vir. Ele... (Problemas na conexão.)

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** Quem está falando?

**SR. VITOR HUGO DE ALCÂNTARA FILHO:** Presidente Ver. Alvoni Medina, estou aqui representando a FASC.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** Seja bem-vindo, meu querido.

**SR. VITOR HUGO DE ALCÂNTARA FILHO:** Obrigado, vereador.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** (Problemas na conexão.) ...e a Sílvia? Fernanda. É Fernanda? Fernanda Ribeiro. Tem duas Fernandas. Então, vou passar já de imediato, vamos dar importância dentro desta pauta e trazer também isso para esclarecimento em relação aos abrigos, saber como que está sendo balizado, como estão cuidando das pessoas, e o que está sendo dado em relação às pessoas que estão nos abrigos. Tem quase 14 mil pessoas em abrigos, e sei que está bem grande a dificuldade, mas sabemos também que muitos realmente têm ajudado, têm apoiado tem, têm dado uma assistência para essa população que perdeu seriamente os seus sonhos, perdeu as suas casas, muitos perderam até a própria família, perderam familiares, perderam tantas

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

coisas, infelizmente, nessa catástrofe, nessa calamidade que atingiu o nosso Estado e a nossa cidade. Sabemos que é um momento muito triste, muito dolorido, também me somo às milhares de pessoas que estão desde o dia 7 de maio fora das suas residências, sem poder ter voltado. Saí com pouca roupa também do corpo, eu estou morando aqui em Gravataí, na casa da minha mãe. E a gente sabe das dificuldades que nós temos enfrentado, mas eu tenho certeza que todos unidos... (Problemas técnicos no som.) ...Eu quero passar para a Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, que é a proponente, se ela me permitir, perguntar se algum vereador gostaria de falar alguma coisa antes.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, eu gostaria.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Vou iniciar a reunião e, em seguida, passo aos vereadores, Ver. Ruas, pode ser? Depois já lhe passo, está bem?

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** Então, eu passo a condução dos trabalhos à Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, eu vou resolver algumas coisas, mas estou aqui, estou ligado aqui.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Perfeito. Então, gente, agradeço a todos e todas que já estão aqui presentes nesta nossa audiência, estamos com mais de 60 pessoas já na sala. Nós pedimos ao nosso presidente Medina para fazermos esta audiência da nossa Comissão de Direitos Humanos, exatamente para tratar dos direitos humanos. As pessoas que estão desalojadas, desabrigadas, muitas nos abrigos. Então esse é o nosso debate principal, assim como a própria questão do cadastramento que o Executivo está disponibilizando, seja ele municipal, estadual ou federal. As pessoas têm perguntado muito sobre esse cadastramento e sobre o acesso às questões que estão sendo liberadas. Então, o nosso principal debate será esse. A Camila está desativando os microfones, todos estarão desligados, só ligaremos para as pessoas que usarão

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

a palavra. Nós iniciaremos com os nossos convidados do Executivo, aqui já presentes, o Vitor Hugo, Presidente da FASC; o Luiz Carlos Pinto, secretário de Inovação, que é o secretário responsável pelos abrigamentos; o Jorge Brasil, secretário de Desenvolvimento Social; a procuradora Juliana Cucchiarelli; e a Letícia Batistela. Já estamos aqui com a presença de todos os representantes do Executivo que foram convidados. Nós iniciaremos na seguinte dinâmica: falarão essas pessoas do Executivo para nos trazerem as informações necessárias, e, a partir das informações, nós abriremos para as pessoas inscritas, sendo que o Executivo nós avisaremos o limite de cinco minutos, se precisar mais, certamente nós estenderemos por mais dois minutos, digamos. Os convidados e todos que estão na sala, nas inscrições, terão um prazo de três minutos para que nós possamos ter o maior número de inscrições atendidas, porque o tema exige respostas concisas e exatas para as pessoas que estão recebendo inúmeros tipos de informação, o que, na realidade, tem gerado muita confusão para essas pessoas que já estão tão machucadas por toda essa crise que nós estamos atravessando. É importante que nós tenhamos o maior nível de transparência e de informações precisas para que essas pessoas se sintam um pouco mais seguras do que está sendo disponibilizado para acolhê-las. Obviamente que os vereadores têm a palavra no momento em que desejarem, o Ver. Pedro Ruas já solicitou, nós passamos a palavra imediatamente para o Ver. Pedro Ruas e depois para o Vitor Hugo. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Cumprimento a todas e todos, serei muito breve. Eu quero apenas registrar a importância dessa reunião, cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira pela iniciativa: o nosso presidente, sempre atuante, Ver. Alvoni Medina; o nosso vice-presidente histórico, vereador importante da cidade, Adeli Sell; a todas e todos que se fazem presentes. Eu até cumprimentei a Carmen Lopes antes, além das autoridades outras que representam o Município.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

Quero fazer dois registros. O primeiro é um pedido. Eu tenho recebido esse pedido muitas vezes nos abrigos, muitas e muitas vezes. Não importa o momento que vamos passar amanhã ou depois de amanhã, não sei como será o futuro. Ninguém sabe. Mas não mandem as pessoas embora. Não as tirem dos abrigos, por favor. Esse é o pedido de quase todos e todos os abrigos. Sempre tem esse pedido. Não são todos que fazem o pedido, mas sempre, nos abrigos, fazem esse pedido: não tirem, porque as pessoas não têm para onde ir, em boa medida. Esse é um pedido que eu queria deixar muito claro e é o motivo maior de eu me manifestar.

O segundo, eu recebi uma denúncia, eu não fui lá verificar. É uma denúncia, eu não fui lá e não vi, mas eu recebi de duas pessoas diferentes, então achei importante trazer, que, ali no Clube Sargento Santana, onde estava ou está ocorrendo a inscrição ou divisão das pessoas para os abrigos, estavam tirando das filas, inclusive com a participação da polícia, as pessoas que eram cadastradas pela polícia como pessoas em situação de rua, ou, como eles chamam, moradores de rua. Isso é um absurdo. Ainda mais com o frio que vem agora aí. A pessoa tem direito a ir para um abrigo tanto quanto quem tinha casa antes – tanto quanto. Quem é que vai dividir cidadãos assim? Quem é que tem esse direito de dizer: “O senhor não pode, o senhor já não tinha casa”. Como assim? Já não tinha casa porque não podia. “Eu fui afetado antes. Eu sou um flagelado anterior”. Então, não pode haver essa divisão, ela é discriminatória. Nós vamos, se persistir – nós verificar isso aí entre hoje e amanhã, eu quero verificar – ir até o MP, porque não é possível, é um delito discriminatório. Mas eu digo, esses dois registros, Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, eu agradeço a oportunidade, eu precisava fazer, considero eles bastante importantes e queria que eles fossem considerados pelos nossos representantes do poder público aqui presentes. Muito obrigado.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Ver. Pedro Ruas. As indagações que o senhor coloca aqui são extremamente pertinentes. Nós vamos

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

começar agora com a apresentação do Poder Executivo. Levando em consideração essa estratégia, que o poder público aja sob o mais absoluto respeito ao planejamento e o olhar cuidadoso e respeitoso com as pessoas que estão sofrendo com essa catástrofe, isso não é permitido o imediatismo ou o improvisado, que é o que nós estamos sentindo até agora, muita improvisação. Logo ali na frente nós vamos sentir, novamente, medidas improvisadas, e quem pagará será sempre, outra vez, as pessoas mais pobres da nossa cidade, os que já estão há quase um mês embaixo d'água, desabrigados, por uma total inépcia da gestão. Portanto, a cidade precisa dos dados, das informações mais fidedignas possíveis, para que possamos formular melhor proposta ouvindo a população, ouvindo, e atendê-la com habitação digna, com infraestrutura, acesso à educação, saúde, enfim. Nós queremos que as pessoas tenham direito à cidade, e não ser segregadas nas chamadas propostas das cidades provisória. Então nós passamos imediatamente, agora...

**VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO):** Ver.<sup>a</sup> Biga, Ver. Cláudio Conceição presente.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Cláudio Conceição, seja bem-vindo, mais um integrante da nossa comissão. Então nós vamos passar agora é para o Vitor Hugo, da FASC, para que ele possa...

**SR. LUIZ CARLOS PINTO:** Eu acho que eu vou iniciar, Ver.<sup>a</sup> Biga, com a sua vênua, para dar um quadro mais geral, depois a gente pode passar para a FASC e para as entidades, pode ser?

(Problemas na conexão.)

**SR. LUIZ CARLOS PINTO:** Muito obrigado; agradeço o convite para vir falar um pouquinho desse trabalho emergencial, obviamente desse evento que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

ultrapassou todos os registros que a gente tinha na cidade, que se torna a maior catástrofe que a cidade já teve, ultrapassando inclusive em 1941; e nós somos chamados, só preciso só de autorização para compartilhar a tela – a gente preparou alguns poucos dados para vocês sobre mais ou menos... A gente teve esse início, não sei se vocês se lembram, lá no dia 30 de abril, quando começam a se intensificar as chuvas, primeiro na região dos vales, o que impede os alguns deslocamentos, depois começa, na quinta feira chega em Porto Alegre, vai se agravando ao longo do tempo – nós vamos ter resgates até dia 9, 10 de maio, porque a gente vai tendo progressivos avanços das águas sobre a cidade. Depois a gente tem toda a fase de resgate dos animais domésticos, que também foi muito importante. Com isso a gente teve essa formação e a necessidade de criar mais abrigos do que em qualquer outro momento da nossa história. Num primeiro momento a gente começou a tentar parcerizar com algumas entidades, para que a gente pudesse colocar inclusive os servidores da Prefeitura nesses abrigos, para que a gente pudesse fazer uma cogestão, mas muito rapidamente o fenômeno ultrapassou toda a capacidade que a gente tinha, e a gente começou a perceber pessoas se abrigando nas mais diferentes instituições que começaram a abrir suas portas. Aí a gente fala de igrejas, de clubes, de ginásios, até mesmo de algumas empresas que abrigam seus espaços para receber pessoas. Então, ao longo dos dias, o que a gente foi percebendo é que a gente precisava dar uma sustentação nessa rede; então, a gente começou a abrir um cadastro para que essas instituições pudessem receber apoios, que foram se tornando cada vez mais robustos, da Prefeitura. Então, eu vou compartilhar agora a projeção. A central de abrigos, essa gestão de abrigos, então, foi estabelecida lá no dia 3, no sábado. E aí, como a gente tinha ações emergenciais e como eu já tinha um pouco de trajetória por ter fundado o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas em Desastres, como eu tinha um pouco de experiência, pediram que eu e a Letícia assumíssemos a coordenação nesse momento de expansão de logística, que era uma questão de alocação dessas pessoas, o mais cedo possível, para que a gente pudesse botar um teto sobre a cabeça de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

cada uma delas, para que a gente pudesse oferecer as primeiras condições de acolhimento àquele enorme número de pessoas que estavam sendo resgatadas em diferentes pontos da cidade. Isso, depois, foi evoluindo, obviamente, porque a gente começou a perceber a necessidade de sustentação, e se passou por um modelo de coordenação por eixos com diferentes coordenadores setoriais, conforme esse organograma aqui, ou seja, a gente teve, sim, a central de triagem operando durante um tempo. Ela já está fechada há mais tempo, porque o evento terminou, os resgates já se encerraram, então não existe mais a central de triagem hoje, nem no Geraldo Santana, nem em lugar nenhum; ela foi iniciada no teatro Renascença; depois, pela subida das águas, ela teve que ser transferida para o Grêmio Geraldo Santana. E ela já está encerrada há quase dez dias; então não existe mais uma triagem, porque não existem mais pessoas sendo resgatadas da enchente de 2024. Tem essa central de cadastramentos de abrigos e regulação de vagas, que ficou muito na minha mão e na da Letícia, que era o cadastro dos abrigos, do ponto focal dos abrigos, do número de vagas; eventualmente, de algumas relocações entre abrigos – porque alguns abrigos também começaram a se desmobilizar com o passar do tempo. E todo o suporte para que a gente possa entender algumas questões e possa permitir aos abrigos que funcionem da melhor maneira possível. Teve uma parte de suporte material, que é o que está com a procuradora Juliana ali, com uma equipe grande de servidores de várias secretarias que estão trabalhando para a gente poder começar a mandar materiais para esses abrigos. Foram mudando ao longo do tempo; no primeiro momento, obviamente, eram os colchões; depois, foram as, os cobertores, depois foram os pallets, depois foram banheiros e chuveiros, depois foram diferentes itens, cestas básicas que foram se constituindo. E, claro que alguns abrigos tinham, às vezes, demandas excepcionais, como por exemplo, três mamadeiras, que a gente não tinha necessariamente em estoque, ou não tinha na central de doações que a gente estabeleceu. Então a gente fez uma parceria, inclusive com algumas startups, que se estabeleceram ao meu pedido, que faziam a conexão, às vezes, numa demanda muito específica de um



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

abrigo, com o que os voluntários e os doadores da cidade podiam ofertar. Isso criou o SOS RS, que ainda está operando aqui no TecnoPuc, que juntou ali algumas dezenas de voluntários que passaram a ser padrinhos e madrinhas de alguns abrigos, complementando o que a Prefeitura tinha mais dificuldade, logisticamente, de entregar. Mas eles recebem, acessam a nossa base, recebem pedidos que são passados dessa coordenação que está com a Juliana e sua equipe, ali, para o SOS RS. Depois, ao longo do tempo, a gente precisou começar a organizar a questão da logística de doações, a gente começou a receber isso, se encheu um depósito, depois outro, se tinha que relocar as coisas, classificar as coisas e entregar aos abrigos. E se criou uma coordenação para isso, que está com o secretário adjunto da SMPAE, o Bruno Caldas, que fez um trabalho importante ali de organizar isso e tem tentado melhorar as ferramentas, ao longo do tempo, para que a gente possa justamente receber e entregar, o mais cedo possível, a cada um dessa rede enorme aí, hoje mais de 135 abrigos, mas que já chegaram a 163. Uma das coisas que a gente percebeu que a gente precisava tentar dar uma sustentação, em termos de recursos humanos, nesses abrigos, então, primeiramente se fez, com a coordenação da SMAP, secretário André, e vice-secretário, Richard, toda uma escala de servidores que poderiam ser alocados nos abrigos. Mas com o passar do tempo a própria necessidade de a gente começar a trazer alguns servidores de volta para estudar orçamento, estudar contratos que começaram a ser necessários, fez com que o número de servidores disponíveis para isso fosse ficando cada vez mais reduzido. Assim como a gente teve a necessidade de colocar muitos servidores para fazer o cadastro unificado, que foi criado, que vai ser citado um pouco mais adiante. Então a gente, agora nesses últimos dias, conseguiu finalmente estabelecer um mecanismo que a gente pudesse fazer uma contratação emergencial, porque muitos dos abrigos que se estabeleceram, e vocês vão perceber que grande parte deles são de instituições privadas, a gente não tem uma ingerência direta na gestão desses abrigos, eles começaram a perder seus voluntários, é um evento que já está, por causa dessas diferentes

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

chuvas que a gente acabou tendo, é um evento que se prolongou por muito tempo. A gente já estava tendo há quase um mês, desde que a gente começou a formar os primeiros abrigos e isso, obviamente, coloca um monte de estresse nos abrigos, seja pelo cansaço dos voluntários, pela redução da energia dos voluntários, pela redução das doações. A gente tem uma série de efeitos que colocam a sustentação dos abrigos, cada vez mais, como um desafio. Tanto que a gente já tem mais de 39 – acho, se eu não estou enganado – abrigos que já saíram, já se desmobilizaram ao longo desse tempo todo. Então uma das coisas que a gente percebeu era que alguns abrigos, ao perderem que os seus voluntários, tinham muita dificuldade de se manterem operando, a gente fez uma contratação emergencial. Hoje, com 220 pessoas sendo contratadas, estão sendo oferecidas para que alguns desses abrigos possam manter suas operações, enquanto as águas não baixam. E, como vocês citaram aqui, para que a gente consiga devolver às pessoas as suas casas com todo carinho e dignidade possível. E tem ainda essa central de apoio social aos abrigos. Foi estabelecido, em cada abrigo, uma ronda. Por parte da saúde, foram estabelecidas rondas ou até mesmo estruturas permanentes de assistentes sociais em alguns dos abrigos maiores. E estudar com o MDS, que tem feito visitas, que tem feito mediações, que tem estudado muito a lógica de a gente superar mesmo até alguns preconceitos. A gente, num primeiro momento, tinha, por exemplo, um preconceito com a questão das pessoas que tinham restrições, como uso de tornozeleira eletrônica. E isso causou um estresse inicial nos abrigos, e foi conversando com as coordenações e percebeu-se que não necessariamente essas pessoas, automaticamente, tinham comportamentos incompatíveis com os abrigos. Ao contrário, muitas delas foram úteis e importantes, e a gente acabou superando algumas coisas com o passar do tempo, com estabelecimentos de relações. Claro que algumas coisas são intoleráveis, e, desde um primeiro momento, a gente colocou as informações aos abrigos de que qualquer tipo de ação, por exemplo, de assédio sexual deveria ser relatada e encaminhada para que isso fosse tratado pela polícia e pelos meios legais

necessários. Obviamente tem alguns comportamentos que são incompatíveis; a gente aqui entende que isso faz parte da prática normal de abrigos que têm certos códigos de condutas que são necessários para que a gente possa ter a preservação da coletividade do abrigo como um todo. Mesmo assim, a gente tem trabalhado muito para que a gente faça a mediação. Muitas vezes, a relocação de alguma pessoa que possa ter entrado num estado de estresse dentro de um abrigo, tentando sempre mantê-la dentro do sistema para que a gente possa, como eu disse, levá-la até o ponto em que ela possa voltar para casa. O SMDS, cada vez mais, tem trabalhado com a questão do cadastramento de abrigos, agora com a estruturação dos mecanismos de suporte. E, quando eu falo SMDS, obviamente é SMDS/FASC. A FASC é extremamente importante para isso, são os assistentes sociais da FASC que têm feito um trabalho incansável de ir a cada abrigo, inclusive de começar a nos dar relatos sobre a qualidade de cada abrigo, sobre a sua adequação para manter pessoas ali. Porque num primeiro momento a gente teve que, basicamente, reconhecer as instituições todas e, aos poucos, a gente foi conhecendo a rede e trabalhando para sua qualificação. E tem uma série de trabalhos que são suporte a isso. O DMLU fez um trabalho incrível com equipes que ajudavam a limpeza dos abrigos, agora com a mudança, o DMLU tendo que se voltar um pouco mais para trabalhar a limpeza da cidade, a gente fez um contrato especial, que a...

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Luiz Carlos, tenta ser mais breve, porque se não nós não vamos poder ouvir todos.

**SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO:** Desculpe, vou tentar acelerar um pouquinho então aqui. E uma série de outros serviços, alimentação, atendimento veterinário, causa animal tem passado junto, a assistência social, segurança. A gente trabalhou com contratos para disponibilizar banheiros, pipas, equipamentos, muitos abrigos no primeiro momento não tinham água, então a gente foi abastecendo os abrigos com caminhões-pipas, fez um serviço especial

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

só pra isso, banheiros químicos, chuveiros. Essa é uma evolução do número de abrigos, como eu disse, lá pelo dia 11 de maio a gente teve nosso pico ali, dos 160, 163 abrigos. E a gente vem reduzindo gradualmente, aí a gente teve aquele evento da quinta- feira passada que voltou aumentar o número de abrigos, porque a gente começou a ter pessoas da Cavalhada que foram atingidas. Então algumas instituições se dispuseram a receber essas pessoas. E hoje a gente está baixando para, o último registro de ontem, eram 135. A gente vai atualizar isso hoje às 17h. Sai sempre um boletim às 11h e outro às 17h. Eu confesso que não consegui pegar o número do boletim das 11h, por outras questões. Como eu disse, a maior parte desses abrigos, 20 % eu diria que têm uma gestão mais direta, seja com os contratos da FASC, seja com os servidores da Prefeitura; 80% são pela sociedade civil. Na realidade a gente dá suporte, mas a gente não tem uma gestão direta, e, por isso, muitas vezes, a gente não pode decidir se o abrigo fica aberto ou não. O que a gente faz é trabalhar o máximo para que esse abrigo se mantenha, e se ele for desmobilizar, que seja com todo o cuidado, vão assistentes sociais, preparam a desmobilização, se entende os grupos, familiares, cada um deles, se forem mulheres se aloca de uma certa maneira, famílias. Tem muitos pets, alguns abrigos da sociedade civil já estão repletos de pets. Então isso às vezes é uma dificuldade na relocação de pessoas, tem todo um trabalho logístico que é o que a gente vem trabalhando, dia a dia, nos últimos tempos, para poder fazer isso com o maior cuidado possível. O Ministério Público esteve envolvido desde o início, ou seja, controlando, visitando. A gente tem um trabalho integrado basicamente com o Ministério Público, que teve acesso à nossa base de dados ao primeiro cadastramento que se fez, que foi com *software* desenvolvido também por voluntários para cadastro de abrigos, de abrigados. Foi o que foi utilizado pelo Ministério Público, pela Defesa Civil, para fazer os primeiros encontros de pessoas, foi a primeira base para poder reunir as pessoas que tinham se... (Ininteligível.) Nós temos hoje 135 abrigos, 11.700 pessoas, já são 220 voluntários que foram para a rede, tem várias empresas contratadas para a gestão da alimentação, limpeza, segurança. A gente colocou

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

segurança privada não armada, obviamente, em todos os abrigos, mas se trabalhou muito com parceria com a polícia, com a Brigada, com a Guarda Municipal, para alguns abrigos, quando necessitassem, poderem ter esse suporte de uma segurança institucional um pouco maior. Ao longo do tempo, se procurou muito especializar alguns abrigos. A Prefeitura esteve à frente, a Letícia foi muito importante para a criação de dois abrigos femininos sob gestão direta da Prefeitura, e um abrigo integrado à rede. Tem outros abrigos, ao longo do tempo, se declararam como abrigo só para mulheres e crianças, entendendo que isso era o perfil que o abrigo desejava trabalhar. Tem outros abrigos especializados em autistas, em idosos, em PCDs. A gente tem aqui até gente da Pertence, que tem sido importante para tentar fazer essa alocação. A evolução do número de abrigados também está caindo. Muitas pessoas, ao longo dos dias, entendendo que, por mais que um abrigo faça, ele é uma estrutura coletiva, não é tão bom quanto estar no privado, as pessoas têm buscado mecanismos. A gente ofereceu transporte grátis dentro de Porto Alegre, a gente ofereceu transporte grátis para o interior do Estado, se as pessoas tivessem parentes que elas quisessem estar. Algumas pessoas se auto-organizaram e saíram, em conjuntos, para alugar alguns espaços. Isso tem acontecido de uma maneira permanente, e a gente hoje está com 11.700, já tivemos mais de 3 mil pessoas que saíram dos abrigos, porque acharam outra solução melhor do que estar nos abrigos.

Como eu disse, tem alguns sistemas que foram desenvolvidos. O Abrigos RS ficou como legado, ele está sendo utilizado por outras cidades, vai ficar como um legado para a Procempa, foi desenvolvido com uma de parte de voluntários, com a gestão de técnicos da Procempa. O grupo de voluntários do SOS RS trabalhou muito para complementar o que a gente vinha fazendo com a central de materiais. A Microsoft hoje disponibilizou licenças e programadores para apoiar essa questão de uma solução para a gestão de suprimentos, que é uma coisa logística também, do que a gente recebe, do que a gente tem em estoque em cada depósito, como é que a gente consegue entregar isso para as pessoas.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Secretário, por favor, o senhor pode concluir?

**SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO:** Posso concluir. Deixa eu ver se ainda tem alguma informação importante. As doações e distribuição, como é que ela está sendo feita. A gente iniciou primeiro pelos pontos de atendimento familiar, se está buscando uma parcerização com algumas instituições. Esses são todos os serviços que hoje estão se oferecendo aos abrigos aqui. Também se colocou, trabalhou com algumas parcerias, para botar internet nos abrigos, e o cadastro está bem no final. Foi feito o registro unificado sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e do DEMHAB; mais de 30 mil famílias foram cadastradas, na realidade hoje a gente já temos 40 mil, foi atualizado hoje na hora do almoço, famílias que estão nesse cadastro integrado. Não é o Cadastro Único, tem um errinho aqui na imagem. Foi feita uma força-tarefa para a geração de documentos de identidade, em parceria com os órgãos judiciários do Estado. Hoje, a gente está trabalhando muito com essa matriz de risco, que é o quê? São as características dos abrigos para saber quais são aqueles que a gente não vai conseguir manter por muito tempo, considerando o número de pessoas, o desgaste da própria governança do abrigo, o pedido de desmobilização, instalações sanitárias, se eles têm ou não, demandas de suprimentos, vigilância, ou seja, qual é a condição de cada abrigo. A gente vem mapeando um a um para entender aqueles que começam a se tornar mais viáveis a longo prazo ou aqueles que podem demandar uma desmobilização mais rapidamente. Como informação inicial, acho que isso mais ou menos contempla um pouco do que a gente vinha fazendo. Fico à disposição aqui, juntamente com os colegas, para poder esclarecer alguma outra dúvida.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, secretário Luiz Carlos Pinto, sem dúvida, você nos deu algumas informações importantes. Obviamente, nós

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

temos tantas outras que ainda não foram respondidas: quantos serão desmobilizados; qual é o cronograma previsto para essa desmobilização; quantos de Porto Alegre; quantos de outros municípios; quantas crianças em idade escolar e quais são as escolas. Em relação às crianças, nós temos grandes dúvidas que poderiam nos fornecer. Vocês têm os dados, por exemplo, das pessoas que estão abrigadas, que são abrigos, mas são abrigos domiciliares? Como está sendo a sustentação para essas pessoas que abrigaram outras tantas pessoas? Qual é a estratégia que vocês estão adotando para dar conta de todo esse abrigamento enquanto não se tem uma resposta para um deslocamento seguro e digno para moradia?

Mas, enfim, passamos para o Victor Hugo agora, que é o vice-presidente da FASC. Nós gostaríamos imensamente de saber qual é o papel que a FASC vem desempenhando, qual é o papel que lhe foi dado para este momento tão trágico das nossas vidas, aqui no nosso Estado, especialmente, lógico, aqui em Porto Alegre.

**SR. VITOR HUGO DE ALCÂNTARA FILHO:** Bom tarde a todos os vereadores, a todos os componentes que estão aqui. É uma oportunidade única, é importante também o papel dos vereadores diante das circunstâncias desta comissão, que são fiscalizadores atuantes da nossa cidade. É importante que todos tenham esclarecimentos e elucidações para que possam disseminar por toda a nossa cidade. É muito importante que a gente diga, neste momento, que, dos 497 municípios do nosso Estado, mais de 430 foram diretamente afetados. Nós estamos vivendo, neste momento, a maior tragédia e catástrofe que o Rio Grande do Sul já viveu em toda sua história. Assim como Porto Alegre, desde a enchente de 1941. Então, toda a FASC que está compondo esse grupo liderado pelo Luiz Carlos, a quem eu cumprimento e parabenizo por todos os esforços somados. É um trabalho transversal de diversas secretarias unificadas para que possam compor rapidamente todas as necessidades que foram emergenciais. Nós tivemos, só em Porto Alegre, um pico de quase 14 mil pessoas dentro

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

desses abrigos. Também cito aqui, é importante, 3 mil pessoas são munícipes de Canoas, Guaíba e Eldorado. Então, Porto Alegre também acabou absorvendo toda essa demanda muito importante dos nossos vizinhos, irmãos, dessas cidades. Foi muito desafiador, mas eu quero aqui fazer um registro muito importante perante todos os participantes desta reunião. Desde o primeiro abrigo que nós compomos, não faltou absolutamente nada, absolutamente nada. Não faltou colchão, não faltou travesseiro, não faltou absolutamente nada de limpeza, também de estratégias para que a gente pudesse rapidamente abrir novos alojamentos temporários. Todos os materiais, todas as refeições, todos os alojamentos temporários com quatro refeições ao dia, sempre buscando o melhor atendimento. Um dado muito importante também é que a FASC, compondo esse grupo, esse comitê gestor, nós tivemos também os nossos técnicos sempre disponibilizando para os abrigos, não sendo o número suficiente para tantos abrigos. Foram quase 170 abrigos no pico geral, no momento mais incidente que nós tivemos, mais rígido diante dessa intempérie da enchente. Nós, então, por meio do prefeito, o prefeito Melo chamou os técnicos do Município que estão cedidos por outras secretarias também. Não havendo essa possibilidade, claro que a gente teve mais um incremento importante para que houvesse o acompanhamento dentro desses abrigos. Então o Município, neste momento, também encaminha a contratação de 128 assistentes sociais e psicólogos para que possam acompanhar dentro dos abrigos existentes ativos nesse momento. É muito importante que fique registrado isso. E para que havendo, após a desmobilização desses alojamentos temporários, também essas pessoas possam – esses contratados via parceria – ser redirecionados também para os CRAS e CREAS, para que faça um acompanhamento das pessoas que estão retornando para as suas casas, ou buscando uma nova moradia com todo esse plano que existe nessa tripartite entre município, estado e união. Então é muito importante a gente estabelecer esses dados a todos vocês para que a gente possa ter a devida clareza que nós estivemos e estamos ainda dentro desse período absolutamente crítico dentro da nossa cidade. Mas



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

que, com muita unidade entre todas as secretarias, técnicos, servidores, foi feito um trabalho muito digno para todas as pessoas.

Eu quero ressaltar que, do primeiro dia, depois que começou o registro, Luiz Carlos, do dia 03/05, mas antes também já havia essa mobilização de alojamentos. Desde o dia 1 dessa crise que nós vivemos aqui, nós conseguimos cobrir todas as necessidades: banheiros químicos, banheiros com eletricidade, com chuveiro; todo o acompanhamento dado para essas pessoas que serão muito bem atendidas. E foram muito bem atendidas, desde o primeiro dia até esse momento, e terão um acompanhamento necessário e digno para que possam retornar a sua vida com dignidade.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Vitor Hugo. Nós passamos imediatamente para Sr. Jorge Brasil, secretário de desenvolvimento social. Pode ser? Quero dizer a vocês que eu estou com problema de internet também, então, estou saindo, entrando e saindo. Esse é um problema que também está atingindo toda a nossa cidade, mas nós estamos aqui atentas, ouvindo cada uma das informações. As pessoas que querem se inscrever depois para falar podem se inscrever no chat, que a Vitória, nossa assessora, está tomando nota das inscrições para posteriormente. Agora eu passo para o Brasil então.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** Biga, se tu me permite, a pergunta vai ser exatamente para o Jorge Brasil. Ele já pode responder, se tu permitir eu fazer.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Pois não.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** O senhor sabe quantos idosos existem nos abrigos; criança, pessoas com deficiência que estão obrigados? Se existe este número, como é que estão sendo tratadas essas

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

peças nos desabrigos? A atenção que está sendo dada (Problemas de conexão.) Se o secretário Jorge Brasil tem essas informações. Obrigado.

**SR. JORGE BRASIL:** Muito boa tarde. Eu vou pedir licença para ficar sem a câmera aqui. Eu vou abrir um pouquinho aqui para vocês verem que sou eu mesmo estou falando. Mas é que meu o sinal de internet é muito ruim aqui então, se eu ficar sem a câmera, ficar melhor para vocês me ouvirem, pode ser, vereadores e demais membros desta reunião? Ok. Então, desde o dia dois ou três, desde a madrugada do dia dois, nós estamos buscando salvar vidas. Estamos buscando deixar as pessoas alojadas e estamos tentando unificar todas as informações dessas pessoas para que a gente possa ter as melhores políticas públicas que mitiguem ainda mais para as pessoas que mais precisam e com maior número de informações. Eu vou ficar lhe devendo exatamente o número, Vereador Alvoni, mas é graças ao registro unificado que nós vamos poder responder, passar os dados depois bem depurados, inclusive, de imigrantes. Eu acho que é fundamental aqui a gente reforçar que todo esse serviço hercúleo que se faz para cadastrar as pessoas tem motivo e é justamente para que a gente tenha o panorama exato das pessoas que estão lá. E qualidade no dado que a gente possa repassar isso para todas as autoridades inclusive para a Câmara de Vereadores para que a formulação das políticas públicas sejam feitas com toda sociedade e com assertividade, nós não imaginando quantas pessoas foram atingidas, seja de qualquer perfil, seja ele socioeconômico ou alguma identidade específica. Então me parece que esse esforço que a Prefeitura tem feito vai ser muito importante, está sendo importante no presente e vai ser muito importante no futuro. Na questão dos abrigos, eu não colocaria mais nada, acho que o Luiz Carlos foi o nosso grande comandante desde o início, ninguém sabe mais do que ele. Eu acho que eu só posso reforçar aqui, diante de uma catástrofe dessa natureza, o trabalho da assistência social representada aqui pela FASC, pelo Vitinho. Realmente ele é fundamental, realmente essas pessoas precisarão de muito acompanhamento, precisarão de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

muita atenção não somente para receber benefícios, mas também para que possam encontrar um trabalho específico para suas vidas, um trabalho de vida em que elas poderão dar o passo seguinte. O desastre foi enorme, a catástrofe não preciso nem dizer, realmente, vai deixar marcas não somente nessa cidade, mas em todas as pessoas que estão envolvidas. Assim como em nós, que estamos ajudando, mas também e principalmente nas pessoas que sofreram e sofrem, e enfim, sofrerão ainda com os efeitos dessa enchente, ainda mais as pessoas que são mais vulneráveis. Então fica aqui o meu registro de consternação total com essa enchente. Mas vamos continuar trabalhando. E o meu agradecimento à Câmara de Vereadores que está sempre vigilante e sempre auxiliando; eu acredito que quando vêm as críticas e as cobranças da Câmara de Vereadores, nós, gestores públicos, temos que aproveitar, porque mesmo nas dificuldades que nós temos, nós sempre temos uma oportunidade de melhorar aquilo que nós estamos nos propondo a fazer. É isso, vereadora.

**PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Brasil. Passamos imediatamente para procuradora Juliana Cucchiarelli. (Pausa.) Não está. Nós passamos para a Letícia Batistela, então, pode ser, Letícia?

**SRA. LETÍCIA BATISTELA:** Pode ser, sim.

**PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada. Letícia Batistela, presidente da Procempa e que esteve ligada por um bom tempo sobre o abrigo. Eu aproveito para lhe pedir sobre o cadastramento, tem vários questionamentos aqui no chat inclusive, como é que está se dando essa questão do cadastramento também.

**SRA. LETÍCIA BATISTELA:** Bom, eu e o Luiz Carlos, a apresentação foi feita conjuntamente, eu e ele, nós assumimos esse desafio logo no início do desastre, e a gente tem trabalhado em conjunto na estruturação dos abrigos e das

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

responsabilidades por eles. Como eu comentei com a senhora vereadora, há cerca de 10 dias minha atenção se voltou para a Procempa, porque a gente teve grandes prejuízos na companhia, na infraestrutura, e desde então eu tenho trabalhado no apoio ao secretário Luiz Carlos, que tem feito um trabalho brilhante. A questão do cadastramento está diretamente envolvida com a Secretaria de Desenvolvimento Social, através do Brasil, com apoio também da Central de Abrigos, da qual eu faço parte como apoio, e da própria FASC. Então acredito que eu não seria a pessoa mais adequada a fazer informações sobre o cadastro. Eu tenho atuado realmente no apoio, e inclusive a desmobilização dos abrigos, fazendo com que, especialmente as mulheres, pois eu tenho uma atenção especial aos abrigos femininos junto com a Fernanda Ribeiro, que está atuando com brilhantismo nisso, e recolocação profissional e encaminhamento digno dessas mulheres. Então, atualmente eu tenho mais um lugar de fala na questão dos abrigos femininos, porque nós precisamos dar dignidade a essas mulheres, e isso começa pelo trabalho, pelo emprego, onde elas possam ter um lugar digno para morar, e, mais do que isso, um sustento digno para que elas possam recomeçar a vida delas junto dos seus filhos, seus companheiros tendo um salário, tendo uma moradia adequada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Muito bem, aqui nós ouvimos todos os representantes, então, convidados do Executivo para nos passar as construções, medidas. Neste momento, a procuradora Juliana Cucchiarelli, que havia confirmado a presença, mas não se encontra, nós vamos passar, então, para as pessoas inscritas. E, obviamente, pela fala dos procuradores temos muitos questionamentos que não foram respondidos. Algumas falas aqui muito genéricas, e que não precisaram as informações que nós necessitamos neste momento. Então, eu passo agora para o Daniel Gomes. Por favor, as inscrições já vão ser encerradas, e a gente pede que as pessoas sejam bem objetivas para que deem conta no tempo de 3 minutos. Daniel Gomes então, o primeiro inscrito.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

**SR. DANIEL GOMES:** Boa noite a todas e todos, em nome da Ver.<sup>a</sup> Abigail, cumprimento a todos. Vou ser bem direto, eu gostaria de saber quantas cestas básicas, alimentos, doações, foram entregues pela gestão de desenvolvimento social da Prefeitura para os abrigos. E o porquê que as cestas básicas foram distribuídas nas subprefeituras. E como que está se dando a investigação dos desvios de cestas, doações e a entrega para pessoas que não tinham essa necessidade. Eu dou o exemplo aqui dos abrigos da Vila Nova, o qual um eu coordeno, o qual, até o momento, não recebemos nenhuma doação vinda da Prefeitura; vieram algumas equipes da Saúde e do Gabinete da Causa Animal, mas foram visitas, o Gabinete da Causa Animal fez uma visita de um dia, de uma hora, só que não trouxe uma ração, um medicamento, e isso já faz 15 dias. Se não fosse pela rede de voluntários, as pessoas hoje não teriam o que comer, não teriam roupa para vestir, não teriam uma coberta para se abrigar o frio. Se a gente ficasse esperando a atual Prefeitura, da qual o secretário de Desenvolvimento Social da época, lá no início da enchente, viajou e se exonerou, as pessoas hoje estariam ao relento. Então, eu deixo esses questionamentos, principalmente, esperando respostas de que medida efetiva de ajuda aos abrigos vai vir da secretaria de Desenvolvimento Social. É isso.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Daniel. Passamos a palavra Para a Nelnie Lorenzoni.

**SRA. NELNIE LORENZONI:** Boa tarde a todos, eu serei bem breve, eu estou falando em nome próprio e em nome do Movimento Independente 50-50 de Advogadas Gaúchas e da Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas para me colocar e nos colocar à disposição desta Comissão de Direitos Humanos, para que possamos juntos eleger os projetos mais imediatos. As nossas integrantes estão participando desde o início de algumas situações e reuniões, como a criação do protocolo para atendimento de abrigos e mulheres, que inclusive está para ser assinado no Ministério Federal. O que eu gostaria de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

pontuar, neste momento, é que muitas vezes nós nos deixamos influenciar talvez por uma mídia que coloca o servidor público, os agentes políticos num lugar de celebridades. Eu acho que, acho não, tenho certeza de que nós precisamos de muita objetividade respeitosa para trabalharmos todos juntos, porque, independente das coisas não acontecerem na velocidade de que nós gostaríamos e de que precisamos, os secretários, o prefeito, os vereadores não estão fazendo nada além da sua obrigação, porque são representantes do povo, foram eleitos, e não há só bônus, há ônus, lamentavelmente. Essa tragédia foi anunciada, todos nós sabemos. Então a celeridade não é uma qualidade, a celeridade é básica. O que eu quero reforçar aqui é que todos nós temos responsabilidades, todos nós, independente de que lugar nós estamos, e nós estamos tentando colaborar na medida das nossas possibilidades. Então, o Movimento Independente, a ABMCJ está disponível, está à disposição, quer colaborar. Nós estamos fazendo trabalhos de conexões, representação de reuniões, elaboração de documentos e estamos à disposição desta comissão de direitos humanos da Câmara Municipal para isso também. Era isso que eu gostaria de referir, muito obrigada pelo espaço.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Nelnie. Agora, então é o Filipe Vieira e se prepara a Rúbia Pezzini. Por favor, o tempo, está bem, gente... (Problemas na conexão.) ...nós temos cerca de 30 pessoas aqui... (Problemas na conexão.) ...nós queremos dar conclusão... (Problemas na conexão.)... o Sr. Filipe está com a palavra.

**SR. FILIPE VIEIRA:** Boa tarde, moro no Humaitá Navegantes. No dia da enchente, depois da enchente que eu vim para Porto e vim para Cachoeirinha, num abrigo, depois eu vim para Gravataí, para a casa do meu filho, até agora, a Prefeitura não sequer... Eu ligo para a Prefeitura, a Prefeitura manda eu ir no CRAS, eu vou no CRAS aqui, o CRAS manda: "ah, tu tens que ir no CRAS da tua região". Mas, daí, como que eu vou no CRAS da minha região, que ele está

embaixo d'água? Que ajuda que a Prefeitura está dando para as pessoas fora de Porto Alegre? Eu tenho parente fora de Porto Alegre, não está recebendo ajuda nenhuma da Prefeitura, nem da Defesa Civil e eu quero saber o parecer do que vão fazer com essa questão.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Perfeito, Filipe. A Rúbia, então, com a palavra e se prepara o conselheiro Thiago de Oxalá. (Pausa.) Rúbia? Vou passar na medida em que a Rúbia não usou a palavra, eu vou passar imediatamente para o conselheiro tutelar Thiago de Oxalá e se prepara a Juliana Dilívia. (Pausa.) Thiago?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Acho que o Thiago também não se conectou.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Muito bem, então nós vamos imediatamente para Juliana Dilívia e se prepara a conselheira tutelar Luelen. Juliana, Tiago, Luelen.

**SRA. LUELEN:** Boa tarde, pessoal, eu sou a Luelen, sou conselheira tutelar aqui na região do Centro, representando a Micro 8 e também a Comissão de Políticas Públicas do Conselho Tutelar de Porto Alegre. Quero saudar, primeiro, este momento. Eu acho que todo mundo aqui está buscando respostas, não é, Biga? Todo mundo aqui está buscando saber como que está mesmo esse gerenciamento, essa organização da Prefeitura com as famílias aqui que estão desalojadas. É bem importante esse dado que foi trazido pela FASC, que 80% dos alojamentos estão sendo autogeridos pela sociedade civil, por entidades que se mobilizaram, que se penalizaram. Porém, a gente vê aqui que, desde o início, a gente já está aí há um mês, basicamente, nessa luta. É um dia após o outro, mas o que a gente vê, desde o início, eu estava naquele primeiro plantão do Conselho Tutelar que estourou tudo, naquele momento a gente já percebeu uma fragilidade muito grande no sentido de identificação das pessoas que estavam

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

acessando, inclusive, das famílias, das pessoas que acessavam com criança ou mesmo adolescentes. E crianças desacompanhados, muitos adolescentes desacompanhados que, por vezes, não estavam tendo nenhum tratamento diferencial dentro desses espaços enquanto adolescentes, estavam sendo tratados como adultos. E hoje a gente chega aí há um mês dessa situação e nós não temos ainda, o Conselho ainda não tem a listagem das famílias que estão nesses locais, que estão nesses alojamentos. Inclusive, nós tivemos situações bem graves de embaraço da ação conselheira, art. 236 do ECA, para quem não sabe, no sentido de que nós fomos buscar famílias, temos aqui expediente, temos processo no Ministério Público. Fomos, a pedido, no Ministério Público buscar famílias e fomos impedidos de acessar a listagem do abrigo que é coordenado pela Prefeitura, pela ADRA, parceirizada da Prefeitura. Então, agora, a gente chega nesse ponto em que a gente não sabe onde estão as nossas famílias mais vulnerabilizadas, estão todas espalhadas pela cidade. Vejo aqui a Fernanda, que tem um trabalho ali no loteamento Santa Terezinha, que também deve estar com essa mesma preocupação, não é, Fernanda? Porque a gente precisa pensar que as famílias que foram mais atingidas já eram famílias que viviam em extrema vulnerabilidade social, já eram famílias com uma extensa violação de direitos, sobretudo dos direitos às crianças e adolescentes. E hoje a gente vê que não é uma questão de doação, que eu acho que é a pauta principal aqui, a gente sabe que as doações existem e que estão nos abrigos, apesar de a gente também não ter conseguido acesso a doações, de termos solicitado, via ofício, doações para poder justamente atender as famílias que a gente sabe que estão acolhidas em casas de familiares e de amigos, e foi negado o acesso. Então, só para concluir, a nossa preocupação principal essa: onde estão as nossas famílias, onde estão as nossas crianças, os nossos adolescentes? O Conselho Tutelar precisa urgente ter essa informação. Inclusive já estamos encaminhando notícia de fato por embaraço da ação conselheira, por parte da Prefeitura, porque nos foi prometido acesso ao sistema, foi nos prometida



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

listagem e até o momento, um mês depois, a gente não tem essa informação. Nós queremos saber onde estão as nossas crianças e os nossos adolescentes.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Luelen. Importante questionamento. Esse é um dado que nós, vereadores e vereadoras, estamos solicitando também desde o início. Nós queremos as listagens dos abrigamentos e uma série de relações, cadastros, para que nós também tenhamos essas informações para a elaboração de políticas e de contribuições para este momento. Eu passo a palavra agora para a Leila.

**SRA. LEILA:** Estão me vendo? Peço desculpa por ter ficado com a câmera fechada aqui, mas eu estou num espaço coletivo. Boa tarde a todos e todas. Estou grata por poder acompanhar desde o início esse relato, acompanho este debate pela Frente Gaúcha em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, embora a gente não tenha conseguido se articular com uma fala coletiva para hoje, mas queria fazer alguns questionamentos. Primeiro, acho que ninguém tem dúvida de que esse processo é um processo atípico, que envolveu muita gente, tomou uma proporção muito maior, mas também a gente tem a convicção de que o processo de estruturação e de falecimento da máquina pública na FASC, na Saúde realmente não trouxeram potencialidades para a Prefeitura enfrentar esse período. A gente está vivendo um desmonte de políticas públicas, da FASC, da Assistência. A FASC está denunciando, sim, são 52 funcionários que saíram desde 2021, há 700 cargos vagos. Então, imaginem qual é a capacidade que a Prefeitura vai ter para lidar com um problema desses. Mas eu queria perguntar algumas coisas bem objetivas. A gente sabe que nesse público atendido hoje, a gente tem mapeado, enquanto frente gaúcho, conversando com o CMAS – até o CMAS estava tentando entrar aqui, acho que ele não se inscreveu anteriormente, há três abrigos que atendem o povo da rua, a população de rua, e que vão, em tese, ter uma política para essas pessoas. Tem mais um, acho que é Júlio de Castilhos, que atende também o povo da rua. Então essas

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

peças não têm como voltar para as suas casas, porque elas estão em vulnerabilidade maior. Qual é a política do governo com relação a essa população? Acho que essa é a uma preocupação muito grande de espaços que acolheram – acho que na Restinga, Zona Sul – muita população de rua. E agora como vão fazer? Não dá para dizer que é tudo com a sociedade civil. Isso é responsabilidade pública pensar que público é esse, quais as demandas desse público, quem tem casa, quem não tem casa, porque muitos não têm casa, não vão voltar para casa. Então, a Prefeitura vai ter, sim, uma demanda, e por isso que o diagnóstico é fundamental, ele é importante. Na verdade, eu acho que é uma tarefa que já deveria ter sido feita, porque isso vai mostrar que tipo de respostas o poder público tem que dar para esse período, e que não vai se sustentar com voluntários. Eu acho que é importante ter essa noção da demanda.

Segundo, outra questão que eu queria trazer, essa contratação que a FASC vai fazer é com recursos do MDS, aquele para contratos emergenciais? Foi passado no CMAS que a gente não pode, a partir desse processo, simplesmente acabar com aquilo que a gente sempre defendeu historicamente, que é o controle social. Então tem que passar no controle social. Se já foi passado no controle social. Uma outra questão que, junto com essa, eu queria trazer. Por que a contratação de uma entidade, quando a gente tem várias redes parceiras? Por que não chamar concursados? A gente sabe que a conjuntura é difícil, mas, no mínimo, alguns trabalhadores têm que ser chamados. É um período atípico e tem vacância. Esse é um elemento também que eu queria trazer.

Acho que são essas questões, questionar a forma de contratação, o controle social, por que uma entidade, se tem em todos os serviços. Por que contrata uma entidade? Que que modalidade? É legal essa modalidade de chamar uma entidade parceirizada para uma ação que é de contratação de RH? Eu acho que esse é um questionamento que a gente tem feito também do MDS. Desculpa ter passado o tempo, mas eram essas questões.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Desculpa gente, o meu papel aqui é bem chato, mas eu tenho que controlar o tempo para que mais pessoas possam fazer as suas perguntas, os seus questionamentos. Então eu reitero o meu pedido para que fiquem dentro do tempo.

Nós passamos imediatamente para Fabiana Eloisa e depois para a Ana Paula.

**SRA. FABIANA ELOISA MUGNOL:** Boa tarde a todos, eu sou neuropediatra e estou aqui como cidadã e como uma pessoa que tem auxiliado diversos abrigos, remotamente ou presencialmente, e nesse momento venho levantar uma pauta muito importante. Eu, como médica e como neuropediatra, tenho feito diagnósticos e reavaliações de uma população com necessidades especiais, não apenas de neurodesenvolvimento, mas de acessibilidade, de tantas outras questões que nem cabe a gente falar aqui num tempo tão curto. Diante dessa possibilidade de já encurtarmos caminhos por termos feito uma avaliação já do especialista, me coloco aqui como o papel do especialista, que muitas pessoas estão na fila do Gercon para chegar até pessoas como eu, como a Marta, que também estaria aqui e talvez não tenha sido possível. O que a gente pode fazer de agora em diante, também? Porque nós já estamos, como nosso papel, de médicos, fazendo os pareceres, fazendo as indicações clínicas, e como a gente (Problemas na conexão.) pode aproveitar esse momento para aliviar a fila de espera do especialista também. Então eu acho que a gente também está conseguindo fazer desse momento voluntariado uma oportunidade. Muito obrigada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, usaste um minuto para dizer tanta coisa. Agora nós temos a Ana Paula de Lima.

**SRA. ANA PAULA DE LIMA:** Eu sou terapeuta ocupacional, assim como a colega ali, acho que a Fabiane falou, também estou atuando nos abrigos. Eu trabalho com rastreio de TEA e também estou vendo a questão da necessidade

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

dessas crianças atípicas, sem laudo, sem nenhum parecer. Estou fazendo esse trabalho e encaminhamento para os colegas e também estou muito preocupada em como essas pessoas vão ter acesso a atendimento. E também eu queria perguntar como é que os abrigos podem receber esses funcionários que estão sendo contratados agora, para que eles tenham mão de obra, para que os abrigos continuem a funcionar e não fiquem sem mão de obra.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada. Agora, sim, estão sendo bem sucintas, agora é a Neida Fonseca; depois a Roselaine. A Neida está aí? A Neida não se apresentou; vamos passar imediatamente para Roselaine, depois Paula Medeiros. A Roselaine não se apresentou; vamos, então, para Paula Medeiros, do Fórum de Catadores.

**SRA. PAULA MEDEIROS:** Isso mesmo; boa tarde, Biga, boa tarde a todas e todos, venho aqui representar então as catadoras de Porto Alegre, os catadores também, aproveitar a presença do secretário Jorge Brasil, que acredito que esteja representando a Secretaria de Desenvolvimento Social. Nós encaminhamos um ofício, já que estamos aqui falando sobre benefícios às pessoas que foram atingidas, direta ou indiretamente, pelas enchentes, A categoria dos catadores – estamos com dez Unidades de Triagem alagadas na Zona Norte e na zona central. E as outras todas UTs, indiretamente afetadas. Já era a situação, antes mesmo das cheias, já enfrentávamos dificuldade para prestação de serviço, que a gente entrega de forma gratuita para o Município; agora a gente encaminhou um ofício para o secretário Brasil, solicitando, então, a Lei nº 044 de 2023, sobre o benefício que nós recebemos, o direito lá em 2023 – a gente precisa tanto que essa lei se prorrogue por mais seis meses, quanto o benefício, que a gente estaria na quinta parcela, possa ser pago ainda dentro do mês de maio ou no máximo no começo de junho. Então venho aqui pedir para o secretário que formalmente responda o nosso ofício que nós encaminhamos para a secretaria e para os seus assessores, por gentileza.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada Paula; muito bem; agora nós temos a Juliana de Matos; está aí, Juliana? Vamos para o Gerson Luiz então. O Gerson não está; então, vamos para Rosane Arruda. O Ver. Adeli está com a palavra. Depois se preparem para falar Sandra Mara e Silvana Conti.

**VEREADOR ADELI SELL:** Serei breve! A primeira coisa: os representante da Prefeitura têm que responder o cadastro, sem tergiversar, porque ontem o líder do governo disse que o cadastro tinha ido ontem à tarde. Isso não é verdade, mentir é péssimo. Nós não podemos aceitar isso, eu não vou aceitar. Eu tenho isso anotado, eu sou respeitoso com as pessoas; mas nós estamos vendo outros municípios recebendo imediatamente, em 48h a CEF está pagando.

Outra questão que foi levantada por um outro cidadão aqui, que nós levantamos na Câmara e não temos resposta de ninguém da liderança ou da vice-liderança do governo: quais os critérios para a distribuição das cestas básicas? Apenas isso e nada mais, mas, por favor, uma única coisa: a verdade.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Essa questão que o Ver. Adeli levanta – e levanta corretamente – é porque ontem foi lida na Câmara a matéria que a Zero Hora divulgou, que cerca de 40 mil pessoas já estavam aptas para acessar o valor de R\$ 5,1 mil do governo federal. Porém, essa era só a manchete; ao abrir a matéria, a maioria dessas 40 mil pessoas eram de Canoas. Por quê? Porque a inscrição, o cadastro é feito pelo município, pela prefeitura municipal e encaminhado ao governo federal, e a Prefeitura de Porto Alegre não tinha enviado até ontem à tarde para o governo federal. Então o questionamento aqui do Ver. Adeli Sell continua na Ordem do Dia, nós não tivemos essa informação correta até o momento. A Sra. Neusa Ledesma está com a palavra.

**SRA. NEUSA ELAINE COUTO LEDESMA:** Boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Biga; boa tarde a todos os participantes. Eu sou Neusa Ledesma, represento a Associação

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica do Rio Grande do Sul, também sou coordenadora do Movimento Independente 50-50, e nessa condição, assim como já se manifestou a Nelnie, que é nossa vice-presidente e também coordenadora, reitero a nossa disposição de estar contribuindo nesse grande movimento social e da Câmara de Vereadores de buscar promover e garantir o direito dos abrigados e de todas aquelas pessoas vitimadas por essa grande calamidade que assola o Rio Grande do Sul. Enquanto representante dessas instituições, eu gostaria de reforçar a importância dos movimentos sociais, no sentido de que sejam construídas políticas públicas que levem em conta, que o Município, especialmente os gestores, levem em conta a participação social na construção de fluxo e todo esse trabalho de reconstrução que é necessário para as pessoas poderem retomar suas vidas. Então a minha pergunta objetiva é, ou até o pedido, um requerimento de que haja um planejamento, que respeitem a diversidade do povo de Porto Alegre, de todas as pessoas que demandam uma série de necessidades e que a própria Defesa Civil, junto com os gestores e a sociedade, construam um plano que considere essa grande pluralidade e diversidade em Porto Alegre, e que seja um plano que realmente atenda essas demandas com a maior urgência possível. Foi feito um relato, bastante detalhado do que foi feito, muito bem, sem entrar no mérito dessa questão, agora queremos saber concretamente o que está sendo planejado, mais do que isso, queremos participar dessa construção, desse planejamento para a reconstrução de Porto Alegre. Obrigada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, agora nós passamos a palavra para Geniane Pereira.

**SRA. GENIANE PEREIRA:** Oi, boa tarde, eu represento aqui o Instituto Social Pertence, que é uma instituição voltada para pessoas com deficiência. Hoje, no início alguém falou que a gente precisou fazer no improviso muita coisa. Então eu agora venho trazer um apelo para que a gente não faça mais no improviso,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

mas que a gente faça de uma forma bem gerida, com estratégia e gestão para que a gente saia dessa melhor do que antes. Inclusive, coloco o Instituto Social Pertence à disposição para a gente pensar junto nesse planejamento. Nós, em termos de pessoa com deficiência, já mapeamos no Estado todo em torno de 694 pessoas com deficiência que têm necessidades reais, que não foram atingidas. Eu trago aqui esse apelo da comunidade da pessoa com deficiência que não houve equidade, nem de oportunidades em absolutamente nada, desde o resgate, desde o aviso que a enchente ia acontecer, as pessoas surdas não ficaram sabendo que isso ia acontecer. Então, como que a gente pode agora dar um pouquinho mais de condição, e aí eu estou falando de equidade de oportunidades para que a gente possa atender essas pessoas, dando o que elas de fato necessitam como mínima condição necessária para que elas possam restabelecer e reestruturar a vida. E aí pensando em como que a gente vai dar continuidade a esse atendimento, na abrigagem agora, com abrigos especializados e não somente autistas e pessoas, por exemplo, com doenças raras e tal, mas a gente pensar em todas as deficiências. E trago aqui que tem muitas entidades que são especializadas em diversas deficiências que podem fazer um trabalho excelente a gente só precisa ajudá-las a se organizarem com esse trabalho. Como vai se dar esse abrigo, e por quanto tempo esses abrigos vão estar disponíveis para essas pessoas, porque a gente tem notícias, todos os dias, que o abrigo está fechando, eu preciso mandar gente aí para vocês. Tem muita gente desesperada ainda, então acho que a qualidade da informação ela está ainda chegando no desespero, no imprevisto, e a gente está tentando acolher essas demandas aqui, respirar um pouquinho antes de atendê-las para que a gente a atenda com qualidade, e que, daqui um mês, dois meses, três meses, a gente não vai mandar essa pessoa embora e a gente não vai fechar os nossos abrigos. Então, o que a gestão está pensando nesse sentido para que a gente possa, primeiro, dar uma qualidade de atendimento. Muitas pessoas que não vão precisar de abrigo, mas elas estão precisando de cadeira de rodas, de próteses e de muitas outras coisas que elas perderam. A gente tem esse

mapeamento do Estado todo, nós nos unimos inclusive com o Estado e com a União para conseguir fazer esse mapeamento de um modo mais abrangente. Então, esses dados, a gente está levantando, e, cada dia, surgem muitas necessidades novas. E como que a gente, então, daqui para frente, vai poder dar essa reestruturação para que essas famílias possam voltar para as suas casas, porque a grande questão é essa: a gente precisa ajudar essas pessoas a se tornarem novamente economicamente ativas, e que elas não fiquem dependentes dessas situações que elas estão nesse momento.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Geniane, concluiu? Obrigada.

**SRA. GENIANE PEREIRA:** Era isso, eu não sei quem é que vai me responder, quem é que pode me ajudar, mas era isso.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Sim, tem vários questionamentos, várias perguntas e poucas respostas. Nós vamos passar agora para a Renata Gebert e depois para a Bruna.

**SRA. RENATA GEBERT:** Boa tarde, vereadora, eu perguntaria para a administração municipal a questão se tem previsão de retomada das aulas e há abrigamento em escolas. Então, existe assim uma desacomodação, preocupação das pessoas abrigadas em como é que vai ser o desalojamento delas, para onde elas vão? A questão da estrutura das escolas, dos professores, o transporte está bastante complicado na cidade. Então eu questiono se há uma ação conjunta nesse sentido para atender as crianças nas escolas que voltarem e como vai acontecer o deslocamento das famílias que estão abrigadas em espaços escolares. Era isso. Obrigada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Renatinha, bem precisa, é isso aí. Agora nós temos inscrita a Bruna. Depois o Hack Basillone.



**SRA. BRUNA:** Boa tarde a todas, eu cumprimento a vereadora, em nome da vereadora eu cumprimento todas e todos. Eu me sinto muito contemplada na fala de algumas companheiras e de alguns companheiro, então eu não vou fazer a repetição. Na verdade, eu não tenho questionamento, mas sim considerações a fazer. É não só do Fórum de Mulheres de Porto Alegre, trazendo essa questão das mulheres dos abrigos para mulheres e seus filhos, de todas as situações já ocorridas, que nós já sabemos, mas enquanto também do movimento feminista de mulheres com deficiência inclusivas, eu fui contemplada na fala da última colega, do instituto Pertence, do vereador, sobre a questão do número das pessoas com deficiência, das mulheres com deficiência que precisam de prótese, que precisam de órteses que foram perdidas totalmente, que perderam a sua autonomia, a sua dignidade nessa enchente. Então são dados que nós precisamos, exatamente para fazer um planejamento estratégico para que essas pessoas, essas mulheres com deficiência, mães solo, muitas mães solo do Extremo-Sul de Porto Alegre. Agora na semana passada nós tivemos esse repique do Guaíba e muitas mães solo, com filhos e filhas, com deficiência acabaram sendo atingidas, e o poder público acabou não chegando lá. Então nós, com os movimentos sociais, como disse a outra companheira também, os movimentos sociais, o povo pelo povo, trabalhando em prol da comunidade para auxiliar, porque lá no Extremo-Sul de Porto Alegre não chegou o poder público. Teve pessoas, mulheres cadeirantes, que tiveram que quase ser socorridas por barco, situações assim horríveis, sem contar as outras de todo o Estado. Então eu faço mais essa provocação, considerações importantes. É bom rever alguns amigos, amigas de longa data, assim como o secretário Brasil. Continuo na luta, Brasil, das pessoas com deficiência nos movimentos sociais. Estou aqui, como sempre, questionando, indagando todas essas questões, agradeço a oportunidade. Obrigada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Bruna, importante a sua contribuição. Nós passamos imediatamente para o Hack Basillone.

**SR. HACK BASILLONE:** Boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Biga, boa tarde a todas as pessoas que compõem esta reunião. Eu venho perguntar onde estão as pessoas LGBTQIA+, porque, no mapeamento, a gente não tem dado sobre identidade de gênero e orientação sexual. Para que serve isso? Para a gente não sofrer violação. Se a gente vai lá, enfim, a gente tem algumas coisas que precisam ser respeitadas para a nossa população. A gente sabe que a LGBTIfobia é crime, mas isso não é nem considerado, parece, né? A gente fica sabendo das violações que acontecem aqui e ali, a gente fica sabendo que tem pessoas, um tanto aqui num abrigo, outra... mas a gente não tem como nem chegar até essas pessoas para saber como é que está sendo. Mas tem denúncias de violações que acontecem, pessoas expulsas de abrigo, porque tem uma mulher que tem uma parceira, um homem que tem um parceiro, uma travesti, um transmasculino. Violência sexual a transmasculino, já fiquei sabendo também, porque os estupros corretivos, não sei se vocês sabem, acontecem não apenas com as lésbicas, como acontecem também com os homens trans e transmasculinos. A gente precisa ter muita responsabilidade quanto a isso, não é um mero dado, a gente sabe pelo IBGE que Porto Alegre é a capital que tem a maior população LGBTQIA+ do País. Vejam só, não temos poucas pessoas, e onde estão? É isso. Eu gostaria que entrasse, na coisa do mapeamento dos dados, elementos, informações sobre isso também. Eu sou do Nuances, sou conselheiro pelo Nuances, do Conselho Estadual LGBTQIA+, e do Conselho Estadual de Saúde. Estou aqui atuando na capital com algumas ações, que não são necessariamente em abrigos, mas que gostaria também de saber informações sobre os abrigos. Sendo bem objetivo, é isso. Muito obrigado pelo espaço para questionamentos.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Eu que agradeço a tua contribuição, Hack. É bem importante o que tu trazes, porque é tarefa, sim, do poder público

identificar exatamente para acolher e para dar segurança. Obrigada. Passamos imediatamente para a Fernanda.

**SRA. FERNANDA:** Boa tarde, na presença da Ver.<sup>a</sup> Biga, nossa saudação fraterna a todas e todos presentes na reunião. Nós temos alguns pontos para trazer; teríamos muito a acrescentar, reforçamos que já nos sentimos contemplados em algumas falas. Sou assistente social do Centro de Referência em Direitos Humanos da Avesol, uma organização aqui do 4º Distrito, e nos colocamos à disposição para compor o grupo de planejamento de estratégias e discussão para a promoção e efetivação de políticas públicas, principalmente contra a violação de direitos. Não podemos falar em primazia, não podemos falar que tudo correu muito bem, conforme nos foi repassado, porque uma coisa é a política pública de gabinete, é o planejamento estratégico; outra coisa é a ação efetiva de ponto e nos pontos estratégicos. Então, a gente teve, sim, muitas ações que vieram na contramão da catástrofe que estava ...(Problemas na conexão.)... muitas falhas. Inclusive, estamos aqui com uma listagem de abrigos para começar, onde não tem nenhuma referência de endereço, não tem nenhuma referência que possamos acionar nas questões que nos são trazidas referente a esses abrigos. São abrigos informais que se formaram; entramos em contato com a FASC pedindo técnicos para irem até esses abrigos, e nos disseram que já haviam passado 15 dias das inundações, que não era mais tempo hábil para isso. Sobre os cadastramentos: 150 fichas. Pessoas idosas, com crianças, deslocarem-se de vários espaços do Município, sem terem condições financeiras para tal, chegarem lá e não conseguirem acesso à ficha, tendo que retornar dois ou três dias depois abaixo de chuva, frio e sem alimentação. Eu acho que temos muito a discutir. Muitas respostas que vêm, elas vêm dentro de um contexto de que não está se fazendo benevolência. Política pública não é benevolência, política pública é direito. E quando se faz, se faz porque se é competente, não porque se é bonzinho. Vamos reverter essa lógica da benevolência porque é para isso que nós viemos. Estamos à

disposição, teremos muito mais quando trouxermos também as questões da desburocratização. Temos, sim, que passar pelos espaços de controle social. Mas já existe uma estratégia para que o controle social dê conta de tudo aquilo que vamos ter que passar por ele? Já é a quarta semana, não temos o levantamento das crianças, não temos o levantamento da população LGBTQIA+, não temos o levantamento da população em situação de rua, não temos levantamento nenhum, não temos acesso a dados nenhum. Não vamos praticar o erro na retomada da reconstrução das nossas comunidades, que nós estamos realizando nessas quatro semanas de enfrentamento a todos os impactos dessa catástrofe. Mais uma vez, nos colocamos à disposição para trazer as demandas e também contribuir na construção das estratégias e das ações efetivas para promoção e garantia de direitos da criança, do adolescente e de qualquer cidadão. Obrigada.

**PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, passamos para a Denise.

**SRA. DENISE ARGEMI:** Boa tarde. Muito obrigada, Ver.<sup>a</sup> Biga, por esse espaço. Nós estamos aqui, eu e outras colegas advogadas, pelo juiz em movimento. Também podemos trazer essa orientação jurídica neste grupo aqui. Só com... (Problemas técnicos no som.) ...que nós estamos aqui no litoral. Com relação ao Município de Porto Alegre, eu ouvi as falas do secretário e das outras pessoas. Eu pergunto o seguinte, sem ser repetitiva, o que nos interessaria é saber: como as crianças estão sendo cadastradas? Os pais acharam as suas crianças? As crianças acharam suas mães, enfim, suas famílias? Porque essa questão de estar sob abrigo todo esse tempo vai causar um dano emocional terrível para essas crianças. Então, eu acho que as autoridades responsáveis por esses abrigamentos poderiam, enfim, eu não sei que tipo de diligência, que tipo de providências foram tomadas, mas nós gostaríamos de saber, sim, quais são as providências que o Município de Porto Alegre está tomando para que essas crianças encontrem suas famílias. Obrigada. Era isso, Biga.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Denise.

**SRA. MARIA INÊS:** Boa tarde, eu me chamo Maria Inês, eu sou assistente social, fui conselheira tutelar no último mandato, agora estou aqui na CUT com a Comunidade, mas também sou promotora legal popular; e faço parte da ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Então, alguns pontos que eu queria trazer, enquanto CUT com a Comunidade, eu gostaria de trazer para a Prefeitura essa informação, que bom, tivemos alguma ação da Prefeitura, não tão organizada no sentido de ter alguma estratégia anterior, planejada para qualquer situação emergencial a ponto de poder agir tão agilmente, mas quero trazer alguns dados. Nós temos 22 cozinhas solidárias, e essas 22 cozinhas solidárias forneceram 15 mil marmidas para os abrigos e para as populações dos territórios. Então, há que se ter um olhar muito especial para esses espaços que, neste momento, foram essenciais para garantir a alimentação a essas famílias que se deslocaram de seus territórios. Então, há que se ter um olhar muito especial e um trabalho conjunto nesse sentido para poder garantir, na emergência, esse aporte de imediato.

Outra questão que eu também queria trazer é a necessidade de ter uma informação muito correta e muito sucinta, que a população tenha em mãos isso, o mais rápido possível, em relação a como as pessoas acessarem os benefícios fora do seu Município. Então, nós temos, como já falado, várias pessoas, que são de outros municípios, em Porto Alegre. Cada prefeitura está dando seus encaminhamentos e conseguiu. Canoas teve mais agilidade no sentido de que essa informação chegasse, e a população acessasse esse valor a receber. Eu acho que é importante ter essa informação, porque um dos nossos colegas foi acessar para um familiar, e forneceram um telefone que não funciona. Tem que ter alguma ação mais conjunta.

Em relação às mulheres vítimas de violência, eu acho que é importante também não ter somente esse cuidado no acesso, na entrada esse acesso imediato que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

elas tiveram nessa situação de emergência, porque, na verdade, muitas vezes não se teve, porque foi uma questão emergencial. Mas teria que ter uma equipe que a acolhesse nesse abrigo para que ela foi direcionada, para ela conseguir se sentir tranquila, para sequer falar que era uma vítima de violência e necessitava de um acompanhamento mais específico. E também trazer esse olhar para esse retorno ao território, porque tem que se identificar que essa mulher é uma mulher vítima de violência, tem que se saber qual o território em que ela se sente mais segura para poder direcioná-la, sim, para um espaço que tenha condições de dar segurança para ela e para os seus filhos. Eu acho que tem que ter esse acompanhamento no retorno, para o território, por alguma equipe com esse olhar específico para a questão das mulheres e seus filhos. Em relação à saúde, com certeza, a parte psicológica tanto das crianças, mas também como da família como um todo, tem que ser trabalhada e tem que ser acompanhada. Eu acho que talvez agilizar no sistema Gerpom que é uma demanda que nós já tínhamos desde o Conselho Tutelar na época em que eu fiz o meu mandato, com fila de espera gigantesca, com um sistema que não gerava vagas para acompanhamento então há que ter um olhar específico para isso. E também agilidade nesse envio desses dados no cadastramento de Porto Alegre das famílias para o governo federal, porque essa entrada nesse benefício vai ser essencial para essas famílias poderem se sentir minimamente organizadas para pensar no retorno. Obrigada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Maria Inês. Passamos imediatamente para a Cris Medeiros, da Bom Jesus.

**SRA. CRIS MEDEIROS:** Boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Abigail, maravilhosa. Parabéns por essa iniciativa. Como vocês viram aqui, todas nós e todos aguardávamos com muita ansiedade o momento de receber informações. Mas a gente até agora não teve informações, na verdade, dos gestores presentes. Então, o que mais nos preocupa hoje – e já foi colocado aqui – é a falta de transparência, é a falta de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

informação; o que impossibilita então o controle social. Quero reforçar que eu coloquei no chat que nós tivemos cestas distribuídas, e fica uma pergunta para o secretário do desenvolvimento social e para o presidente da FASC: qual é o critério que foi utilizado e que foi decisivo para que a distribuição de cestas básicas fosse feita nas subprefeituras e não nos CRAS e nos SAFs? Foi um desastre, inclusive, essa distribuição em toda a cidade teve uma desorganização, não foi o atendimento esperado e necessário para a população. Então gostaria de saber porque – até hoje ninguém conseguiu me responder – o CRAS é que é o local para o atendimento da assistência social inclusive o CadÚnico, que até hoje também eu não entendo por que o CadÚnico está nas subprefeituras e não nos CRAS e nos SAFs. Então a gente precisa entender também que a o atendimento hoje não se faz necessário só às pessoas atingidas diretamente pelas enchentes, claro que isso é prioridade, mas nós precisamos pensar na população que foi atingida indiretamente. Em algum momento vai chegar a todos nós inclusive, mas nós temos muitas trabalhadoras e trabalhadores que estão fora do seu trabalho, porque, enfim, de alguma maneira o seu trabalho foi atingido por essa crise climática que não é culpa nem da natureza e nem de Deus. E a gente já tem a notícia de que tem templo religioso dizendo que é culpa de Deus, que Deus está castigando Porto Alegre. Não, tudo isso que está acontecendo é resultado da ação humana, é resultado do negacionismo de gestores que estão destruindo a cidade, que não têm compromisso com a política ambiental. Nós sabemos que o governo Melo não tem qualquer plano de política ambiental. Eu só quero aqui passar algumas dúvidas que o pessoal da região leste me pediu: há necessidade de qualificação e unificação da comunicação interna das secretarias envolvidas, obviamente para facilitar o fluxo e o atendimento da população; as equipes de saúde e assistência social estão sobrecarregadas – e a gente também teve aqui a notícia de que equipes de algumas regiões estão sendo deslocadas para outras regiões, então desveste um santo para vestir outro –, e alguém aqui já colocou a sugestão de fazer um chamamento de uma contratação emergencial,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

chamamentos de pessoas que estão aguardando para serem chamadas; a questão da ausência de protocolos para orientar a ação dos trabalhadores nos alojamentos – eu já estive três vezes no Centro Vida, e foi um desastre, saí de lá muito preocupada; a fragilidade na articulação entre as políticas da assistência social e da saúde que agora são essenciais; a necessidade de garantir referências na gestão municipal dos alojamentos – reforçando que alojamento é uma coisa e abrigo é outra; a necessidade imediata das contratações emergenciais, como eu já coloquei aqui; fortalecer as ações da base territorial. Importante que a gente fale, pessoal: as escolas que podem atender, as escolas que não foram atingidas precisam retomar o seu atendimento, porque essas crianças estão em casa e nós precisamos garantir a proteção integral dessas crianças.

E sobre a cidade provisória, eu não sei o que os presentes aqui, os gestores presentes podem nos falar sobre essa Faixa de Gaza que estão tentando implantar em Porto Alegre, instalar no Porto Seco, que há 20 anos não tem estrutura nem mesmo de carnaval, imagina para acolher famílias que a gente sabe que os mais prejudicados, mulheres e a juventude negra. Era isso aí. Muito obrigada.

**PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Cris. Quero dizer aqui que nós estamos chegando ao final. Nós temos ainda quatro inscrições. Peço que respeitem o tempo e, em seguida, nós devolveremos aos secretários para tentarem responder as perguntas e os questionamentos aqui feitos. Já vou agradecendo a todos e a todas, nós tivemos aqui mais de 80 pessoas participando dessa importante reunião que nós estamos realizando na busca de mais informações e na busca também de medidas objetivas para atender a nossa população. Eu passo imediatamente para a Iara da Rosa.

**SRA. IARA DA ROSA:** Obrigada, Abigail, um abraço a todos e a todas. Eu sou dirigente da Associação Cultural Beneficente Ilê Mulher, que trabalha com a



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

população em situação de rua há mais de 20 anos, e é dessa população que eu quero falar. Nós temos deficiências em políticas públicas para a população em situação de rua desde sempre. Nós tivemos um trágico incêndio, no ano passado, que resultou na fuga do secretário para o exterior. E eu não vejo falar no que vai ser feito em relação à população em situação de rua. Eu concordo com todas as falas que me antecederam no sentido da preocupação de como é que as pessoas vão voltar para as suas casas. E a minha preocupação é de que casa nós estamos falando para a população em situação de rua; qual é a política, o que está previsto para essa população. Inclusive houve um secretário – secretário da inovação –, que eu não consegui entender que é o cara que era o responsável pelos abrigos, que disse que a população em situação de rua não sofreu com as enchentes. Não sofreu porque está sempre... tem todos os sofrimentos possíveis e imagináveis. Então, eu gostaria de saber que tipo de política está sendo pensada para a população em situação de rua.

Falaram em deficientes aí, eu acredito que tenha sido a deficiência abrangente, mas eu tenho um olhar especial para uma instituição que é a Ucergs, que é dos deficientes visuais. Como é que essa gente... a Ucergs abriu seu espaço para fazer um abrigo para acolhimento, não é o serviço que ela presta sempre. Então, essa entidade precisa de um olhar especial. Falou-se também em abrigo para mulheres com crianças. O Ilê Mulher gerencia uma casa, a Casa Lilás, que recebe mulheres com crianças desde sempre, independentemente de enchente, de pandemia, nós estamos aqui... (Problemas na conexão.) ...nós estamos abertos. A questão é solicitar as vagas para o núcleo da FASC, é essa a porta de entrada.

E também a minha grande pergunta é em relação à Vila dos Papeleiros. Fala-se no pessoal das Ilhas, do Humaitá, do Sarandi e não sei o que, mas a Vila dos Papeleiros está abandonada e está acampada, grande parte dela, na Av. Cristóvão Colombo, em lonas pretas. Que política nós temos para isso? Mas, principalmente, Biga, eu gostaria que fosse pedido aos vereadores, aos teus colegas, a toda a bancada, à bancada estadual, à bancada federal: precisa

orçamento para assistência social! Não adianta todo mundo querer dar receita disso ou daquilo, provisória. Nós precisamos de uma política de assistência social forte, com orçamento e política pública baseada no SUAS e com o braço estendido para a saúde. São essas duas políticas que terão que manter todos esses serviços, atuando, e não com voluntários, mas com gente que realmente conheça esse tipo de trabalho e que possa dar um apoio qualificado. Não dá para ficar fazendo de qualquer jeito. Obrigada pela oportunidade, um abraço a todos.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, grande lara; lara do Ilê Mulher. Bacana a sua contribuição. Nós passamos imediatamente para a Roselaine.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** Biga, o pessoal tem que entender que nós temos até as 16h, nós já estamos quase terminando, e o pessoal tem que se ater à pauta, que é sobre os abrigos, sobre o que está acontecendo. As pessoas estão trazendo tantas outras coisas... Nós podemos fazer outra reunião em relação a essas outras situações que estão sendo também abordadas.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Eu chamei aqui a Roselaine. Quero dizer ao Ver. Medina que ele pode ficar à vontade – viu, vereador? – para se retirar, nós vamos ouvir todas as pessoas que receberam...

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** Ver.<sup>a</sup> Abigail, só um pouquinho, por gentileza. Eu te entendo, mas nós temos que ter critério, a comissão pode...

**SRA. ROSELAINÉ:** Este não é meu momento de fala?

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** É o seu momento, Roselaine. Com você a palavra.

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS):** Só vamos respeitar também o tempo da comissão e vamos fazer dentro... É bom as pessoas também se aterem ao assunto e àquilo que ela quer passar, por gentileza.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Ver. Medina. (Problemas na conexão.)

**SRA. ROSELAINÉ:** Boa tarde, meu nome é Roselaine, eu sou protetora de animais, sou do Conselho Local de Saúde do posto Vila Elisabeth, sou também representante do Núcleo Distrital de Saúde. Hoje eu me encontro em um abrigo na escola Santa Rosa e eu queria expor nossas situações. Aqui estamos eu e a minha família, com dois filhos, minha irmã, com cinco filhos, e a gente está numa situação deplorável. Nós não temos direito a nada que não seja conseguido através de doações. E muito, se a gente tem o que comer e o que vestir, é graças à ONG Emancipa. Então, assim, a gente não consegue tomar banho, não consegue lavar roupa. Que nem agora, tinha acabado a minha bateria, subi na sala de aula que agora virou um quarto para carregar o telefone. Aí me chamaram no canil que uma das minhas cachorras estava, que está doente até, não consegui botar o vídeo aqui agora, quando eu voltei, estou passeando com ela, ela está com tosse de canil. Eu hoje estive no hospital, porque eu estou ficando doente também. A gente está numa situação deplorável, porque, fora as condições, que isso não é uma condição digna de viver, é claro que como é tudo improvisado... A gente ainda sofre pressão psicológica que a direção está fazendo para a gente sair da escola, porque eles querem que comecem as aulas. Tranquilo, a gente sabe que as crianças têm que ter aula, mas, ao mesmo tempo, como é que elas vão ter aula nas condições que está esta escola, com problemas de água, com problemas de luz? A luz nem tanto, muito é da água, com a caixa

d'água, não sei que aconteceu aqui que não funciona direito. Então, eu acho que deveria ver o lado das pessoas que estão passando, as situações que estão passando. Que nem eu tenho filho autista que fica no mesmo, digamos, quarto; uma pessoa que precisa de privacidade, que não pode com barulho, que não pode com muitas coisas, está exposta. E tem outros meninos também passando por... Muitos meninos autistas aqui passando por muitos problemas. Então, agora para fechar, só gostaria de botar a última posição. Eu, como protetora de animais, eu não saí da minha casa, porque eu sabia que ninguém ia me abrigar com 14 cachorros e 30 gatos. E ninguém sabia que ia subir nesse nível a água. Eu sei que meus cachorros foram salvos, e já recolhi seis que andam por aí, e aí preciso achar mais oito. Só que muitos, como pensam que eu sou uma ONG, e eu levo o bicho para castrar, eu fiz o NIS e castro bicho, vou castrando de quem precisa, enfim. E muitos têm me procurado: "Rose, tu castrou o meu bicho, ele tem o microchip". A Prefeitura tem que ajudar a gente a localizar esses bichos microchipados. Eles não podem ficar espalhados por aí. Eu quero meus bichos de volta, não quero que eles sejam postos para adoção. Então, pelo menos, nisso a gente tem que ter um apoio de alguém aí de vocês que tem voz para gritar por nós. Esses bichos foram microchipados pela Prefeitura. É claro que eu perdi meu comprovante; meu comprovante ficou lá embaixo d'água.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Roselaine, tu trazes um tema extremamente importante e com razão. Fica aqui a tua demanda para ser atendida. Aqui todos e todas têm voz, gente, é exatamente para isso que serve esta audiência pública aqui da nossa comissão. A comissão, como disse o presidente Alvoní Medina, funciona normalmente por duas horas, das 14h às 16h, ocorre que nós não estamos vivendo um período de normalidade e que as pessoas precisam ser ouvidas, foi para isso que eu encaminhei o link para cada um de vocês, para que vocês possam usar a palavra, colocar as suas perguntas,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

os seus questionamentos, a sua situação e a sua indignação, é para isso que serve esta audiência pública. Eu passo, imediatamente, para Luciana Bettoni.

**SRA. LUCIANA BETTONI:** Boa tarde a todas e todos. Agradeço o envio do link que a senhora acabou de referir, pelo qual convidou as pessoas. Eu estava numa outra reunião que a senhora também estava e a senhora me enviou, graças a isso, eu estou aqui. Bom, eu tenho várias perguntas, como a senhora falou, tem muitas perguntas, mas poucas respostas. Eu, para quem não me conhece, sou educadora, sou comunicadora. A minha primeira pergunta, minha primeira provocação gentil que eu começo é da área da comunicação, se não tem comunicação... A educação e a comunicação são a base de tudo. As minhas perguntas são as seguintes: eu trabalho com a inclusão digital, sou educadora digital, é muito legal que a Porto Alegre em que vivemos é cada vez mais híbrida, mais online e off-line juntos até eu falo sobre isso onde eu passo, mas eu faço a mesma provocação que eu fiz no Fórum das Periferias. Eu ia fazer uma roda de conversa para o nosso Fórum, na segunda edição, ia trazer uma roda de conversa sobre inclusão digital para que e para quem. Fiz essa roda no ano passado e ia fazer este ano uma roda de conversa no Fórum das Periferias, na ONG Cirandar, do Centro Histórico, eu ia fazer, na região Centro de Porto Alegre, essa roda de conversa. Então a pergunta, para mim, é a seguinte: as pessoas têm conhecimento de ter essas ferramentas digitais? Elas não têm, algumas não possuem, nem todo mundo é letrado digitalmente, infelizmente, ainda não somos todos digitais. Vamos ser. Tomara! Queremos ter uma cidade cada vez mais inovadora, mais inclusiva, mas a inclusão digital também faz parte da inclusão. E como faz, né?! A gente usa a internet hoje para trabalhar, estudar. Durante a pandemia, viu-se quanto estudante ficou sem aula porque não tinha uma internet adequada, um dispositivo adequado. Daí veio a política pública. Falar em inclusão digital é muito fácil, mas será que na comunidade chega para o estudante um dispositivo adequado? Chega para as pessoas a internet gratuita? É sobre isso a minha a minha luta. Uma delas, né?! E eu já vou emendar uma

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

pergunta na outra: esses cadastros dessas pessoas que estão agora desabrigadas, eles tão sendo feitos pela plataforma Gov.br? Porque se for formulário do Google, como é que nós vamos ter controle disso, se quem faz o formulário do Google retém as informações? Se fossem as pessoas dos abrigos logando pelo Gov.br, daí fica lá pelo governo federal, não tem como... É um pouco mais seguro. Porque no mundo digital não existe 100% seguro; existe 99,9% seguro, mas 100 % não existe nada. Então eu vou perguntar assim: os cadastros são pelo Gov.br? Por que é que não existem mutirões? Eu acabei de receber a informação, não vou fazer divulgação, porque eu não sou de fazer divulgação de marca ou coisa, eu faço de propósitos. Teve uma iniciativa, eu soube agora há pouco, que uma pessoa me mandou, que é a primeira que eu vejo assim num local público, de fazerem um mutirão para cadastrar essas pessoas. Eu mesma me ofereço, às vezes são dezenas de pessoas me ligando, me mandando mensagem porque lembram que eu atuo na área digital, “Bah, Luciane, eu não consigo...” A pessoa me fala assim, eu ouvi relato de uma pessoa agora falando assim? “Ó, eu estou trazendo a voz de outras pessoas, não a minha, porque às vezes elas não têm oportunidade.” Empatia, sororidade e – vou dizer – direitos humanos é a base. Vou concluir dizendo que uma pessoa me mandou um áudio dizendo o seguinte: “Como é que pode, a pessoa está com água até o pescoço, e estão pedindo pra gente preencher um maldito formulário on-line.” Entendeu? Não tem internet, não tem luz, não tem a base da base. Então, como é que ela vai entrar num formulário on-line? As outras dúvidas eu vou deixar para outra hora. Eu só queria perguntar também uma questão importante, se me permite mais dois minutos. O voluntariado, eu também faço muitos trabalhos voluntários, e como eu faço, dezenas, centenas eu já fiz, e vou continuar fazendo, a minha pergunta é duas coisas sobre o voluntariado: quem cuida de quem cuida? Esses voluntários, em uma determinada hora, vão ficar exauridos. Já estão, mental e físico...

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Luciane, desculpa, encerrou o teu tempo...

**SRA. LUCIANE BETTONI:** É que é tanta demanda, né?! Então, assim, vamos nos acolher neste momento, vamos esquecer ideologia política. Somos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, em primeiro lugar, pessoas. Vamos salvar as outras pessoas e pensar uns nos outros, não só nos seus interesses. Obrigada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** A Sra. Ana Paula de Lima está com a apalavra.

**SRA. ANA PAULA AROSI:** Agradeço a oportunidade e pela iniciativa também. Meu nome é Ana Paula Arozzi. Eu sou uma ex-jovem multiplicadora de cidadania da ATM, sou do quadro de sócias, e também sou professora da Universidade Estadual do Mato Grosso. Estou agora em Cuiabá, vocês podem perceber o quanto é estranho a pessoa estar passando frio em Cuiabá, e se fala dessas nossas mudanças climáticas e o quanto isso não é um problema do Rio Grande do Sul, mas é um problema de Brasil e de mundo.

Eu queria fazer perguntas específicas sobre que protocolos internacionais e nacionais, já elaborados e solidificados, estão sendo utilizados nos abrigos para atenção psicossocial. Uma das principais coisas que se faz quando se tem situações de desastre é garantir a confirmação e a certeza das informações. As informações precisam ser asseguradas, e o papel dos voluntários também tem que ser nesse sentido. Por que digo isso? Porque sou doutora em antropologia e eu fiz uma pesquisa sobre o incêndio na Boate Kiss, acompanhei por três anos o processo de reconstrução psicológica e de elaboração de uma estratégia entre os três entes federativos para dar um suporte psicossocial para as pessoas afetadas pelo incêndio. Então fico me perguntando o que está ocorrendo nesses abrigos, estou à distância, gostaria muito de entender melhor. Não é por interesse de pesquisa, é porque estou, realmente, preocupada com o que está

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

acontecendo, e me vejo numa sensação de que parece que a Prefeitura está tentando retomar uma normalidade, quando se sabe que essa normalidade, ela é uma busca por uma situação política confortável para a Prefeitura e não para as pessoas. Então essa normalidade está sendo prematura, ela está sendo imposta. Não tem como retomar agora sem informação, com pessoas deslocadas e, muito menos, a Prefeitura dizer que são eles que estão garantindo e que está todo mundo seguro. Ninguém está numa situação confortável, e essas doações... bom, a gente tem acompanhado aí, elas são gerenciadas por poderes, mas não provêm desse lugar. Então, é um absurdo o que eu ouvi da Prefeitura aqui hoje, dos secretários, enfim, e gostaria de manifestar a minha indignação com isso. Existem maneiras de se gerir o caos, mas que ele não vai acabar tão cedo, e essa ideia de normalidade é uma imposição de uma concepção de Defesa Civil baseada na ideia de proteção externa e não de que há coisas internas que ameaçam o nosso País, que são provocadas por pessoas, por desastres, que não são mais tão desastres assim, porque o desastre é uma questão pontual, enchente e seca são cíclicas, não é desastre, é um problema que tem que ser pensado a longo prazo e com política pública. Santa Maria teve serviço 24 horas, e um serviço há cinco anos, então, por favor, vamos pensar nisso a longo prazo. Muito obrigada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Ana Paula foi a última inscrita, depois que encerraram as inscrições tiveram algumas pessoas que levantaram a mão, eu peço desculpas, porque, de fato, nós já contemplamos várias falas aqui, questionamentos, indagações e indignações corretíssimas, que nós concordamos com elas. Nós passamos imediatamente para os representantes do Poder Executivo, da Prefeitura, para que faça suas considerações procurando responder, objetivamente, aos questionamentos aqui levantados tanto nas falas como no chat aqui inscrito. O chat está bem poderoso, com vários questionamentos importantíssimos sobre esta situação de anormalidade que estamos vivendo, e as respostas não estão contemplando a essas perguntas que



estão sendo feitas. Por isso passo, Luiz Carlos Pinto, imediatamente para você e aos demais integrantes do Executivo que queira usar a palavra.

**SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO:** Obrigado, vereadora; obrigado a todos que falaram, são vários assuntos, vamos tentar esclarecer algumas questões. Sobre a questão da desmobilização, nós não temos o controle do ritmo de desmobilização, porque muitas instituições, como não são gestão direta... Mas a gente tem dado prioridade para as escolas, pela necessidade da gente retornar os alunos o mais cedo possível, e dentro disso tem se tentado fazer essa equalização, começando a pensar um pouquinho nos abrigos de médio prazo, que vão ser necessários para algumas pessoas que não vão poder voltar para casa, e aí são as várias instâncias que vão ser necessárias, isso sai do campo só da Prefeitura, para também o governo do Estado e o governo federal. Sobre a questão das cestas, para os abrigos elas estão sendo controladas, a equipe da Ju tem todo o controle de cestas, para quais CPFs foram. As cessões são feitas em função do número de pessoas em cada abrigo. Sobre a questão de abrigos não receberem, pode ser que esses abrigos não estejam na rede de suporte, importante, há uma opção no 156 para fazer o cadastramento de abrigos. O cadastramento de abrigos hoje passa por uma inspeção prévia de alguma assistente social da FASC, para ver se o abrigo tem condições; então, se por acaso, algum abrigo não foi atendido, verificar; se for o caso, pedir esse pedido de cadastramento no 156, para que a gente possa iniciar esse processo. Sobre a questão da saúde mental, superimportante, ou seja, a gente está pensando sobre isso, a gente aceita toda parceria possível nisso; é, sem dúvida, mais uma ação que precisa dessa parceria público-privada. Nós temos tido algum cuidado, construímos com a PUC aqui um manual de boas práticas para os (Ininteligível.) – de abrigos que está indo para eles; temos tido parceria de várias instituições, aceitamos de bom grado, queremos pensar juntos, não só para agora, mas, como foi muito dito aqui, para depois também, que vai ser necessário. Essas pessoas vão voltar para casa, vão continuar tendo que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

suporte de alimentação, de saúde mental; a gente tem isso muito consciente, vão ser construídas políticas para isso. Óbvio que a gente nunca teve uma política nessa dimensão, em função de um desastre. A questão do cadastro, eu não posso dizer exatamente, a gente tem um cadastro hoje já de 43 mil famílias, que não são só as de abrigos, mas as gerais da cidade, porque têm uma solução, inclusive pela internet, para fazer alguns cadastros; então, o que está se fazendo é um BI para poder enxergar tudo isso; por isso nos próximos dias a gente deve ter muito bem esses recortes todos. A gente tem um cadastro inicial que foi utilizado, inclusive, pelo Ministério Público, pela Polícia Civil, para localizar pessoas. A gente não tem relatos de crianças que tenham ficado sem localização. O Conselho Tutelar esteve junto na chegada dos abrigos, retirou essas crianças. A gente forneceu todas as bases que a gente tinha, mas elas eram muito incompletas, pela velocidade do evento. Aí se fez todo um trabalho de recadastramento; as equipes foram a cada um dos abrigos, que devem ter recebido, quem estava nos abrigos percebeu, foram equipes lá para poder fazer esse cadastramento integrado, único, um cadastro único que permite instruir, não só as políticas de saúde, mas as de habitação, as de desenvolvimento social. E isso está sendo, só que são muitos dados. O BI é uma maneira de enxergar esses dados e poder fazer esses recortes que estão sendo pedidos aqui, quantas mulheres, quantas crianças; então a gente precisa ter uma instrumentação disso, que está sendo finalizado, a gente vai poder em breve enxergar muito melhor todos esses números e fornecer todos esses dados, que estão sendo pedidos aí, não só pela Câmara, mas para todas as outras instituições.

Sobre as cozinhas, elas são superimportantes, a gente vem pensando numa maneira de reestruturar uma rede de alimentação um pouco mais de longo prazo, então qualquer oferta nesse sentido também é bem-vinda. Tem uma coordenação de alimentação que foi colocada, porque alimentação não é como os demais suprimentos, ela tem um ritmo que precisa ser muito mais rápido, porque, se a alimentação ficar muito tempo esperando, ela pode estragar, então

tem todo um cuidado, tem uma pessoa e uma equipe que trata só disso. Mas a gente já vem conversando, inclusive sobre a lógica de a gente pensar numa rede de alimentação que possa, inclusive, eventualmente, dar suporte para as pessoas logo que elas voltarem para as suas casas, quando terão que reconstruir uma série de questões, como as cozinhas, em que não vão estar os fogões, as geladeiras e tudo mais.

Sobre abrigos especializados, tem um abrigo específico para a população LGBT, que tem já um conjunto de pessoas, mas essas pessoas, também em alguns casos, assim como alguns idosos, porque tem um abrigo de idosos, mas tem muitos idosos na população geral... E, pelo que a gente tem recebido, a gente não tem recebido denúncias; se houver qualquer coisa, por favor denunciem, ou seja, não só à polícia quando for necessário, mas também à coordenação de abrigos, para que a gente tenha essa ciência.

Sobre a questão dos microchips, isso está um pouco mais com o Gabinete da Causa Animal, mas a gente tem uma base de microchip, sim. Foi uma startup que trabalhou com o Gabinete da Causa Animal, então eventualmente a gente pode ajudar um pouco nessa localização, se o microchip tiver sido cadastrado dentro das castrações que foram feitas pela Prefeitura antes.

E, sobre o Gov.br, a solução que está sendo feita para cadastramento tem integração com o Gov.br e participa nessa questão. Dentro do que me cabe, acho que é o que eu podia responder; tem questões que, obviamente, são de outras áreas do governo.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Mais alguém da representação do governo municipal gostaria de falar, na medida em que várias perguntas continuam sem resposta?

**SR. JORGE BRASIL:** Vereadora, eu posso falar. Então, sendo bem objetivo em relação às perguntas, eu acho que a primeira pergunta que fizeram foi sobre cestas básicas, então existe uma opção 1, submenu 2, “quero receber doações

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

no site da Prefeitura” – vou colocar ali no chat o endereço. E essa primeira leva de cestas básicas foi encaminhada pela subprefeitura, foi feita pela SMGOV a distribuição delas, e toda prestação de contas conta com o CPF da pessoa que recebeu, foi um autodeclarado de famílias que estão recebendo...outras famílias em suas casas.

Outra pergunta, os meus canais estão ali no chat, não sei se o melhor caminho, vereador, depois eu posso encaminhar para outro local, se assim vocês quiserem. Então, o primeiro telefone é o canal para doações, para as pessoas buscarem doações, para quem está acolhendo famílias em suas residências. Está no site 156, da Prefeitura. Outra pessoa perguntou, que era uma voluntária, primeiramente agradecer, então, que foi muito importante para nós e nós reconhecemos isso. A Prefeitura estava na rua o tempo inteiro e reconhece muito os voluntários. A contratação de trabalhador temporário, eu posso colocar também. Eu vou colocar o número do telefone ali, no chat que é um WhatsApp, eu esqueci o nome da pessoa que perguntou, mas enfim, ela deve estar ouvindo aí, se não está ouvindo, por favor, passem para ela esse telefone, da empresa que está contratando pessoas para trabalhar nos abrigos. Pronto, já está no chat. Quanto ao acompanhamento das pessoas, dentro dos abrigos, a FASC está dentro de todos os abrigos, fazendo o acompanhamento das pessoas. Quando não estiverem, a colega está balançando a cabeça, tu pode me dizer qual o abrigo, que a gente pede para dar uma averiguada, viu Fernanda. Eu vou contigo lá, e a gente faz; se não tiver, a gente vai colocar. São muitos abrigos, estamos numa emergência ainda, e se algum desses abrigos ainda não foi atendido, nós queremos atender. Pode ter certeza que não é nenhum interesse de não atender. Foi feita uma contratação, a Ver.<sup>a</sup> Biga já sabe disso, os outros vereadores também, de mais assistentes sociais, de forma emergencial, para trabalharem em dois meses, exclusivamente com os abrigos. Auxílio aos recicladores, para ti também, Fernanda, é demanda tua, foi pago no dia 17 de maio de 2024, já a parcela relativa a maio, e em relação à prorrogação do pagamento desses benefícios, isso depende da prorrogação da lei. Tu me encaminhaste um ofício,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

eu acho que foi o primeiro ofício que eu estou recebendo enquanto secretário – estou de secretário faz uma semana – e responderei, só que eu não recebi ainda. Tu tens meu WhatsApp, Fernanda, qualquer coisa tu me manda. São muitas informações, nós ainda estamos no meio da emergência; pode mandar através da Ver.<sup>a</sup> Biga, não tem problema nenhum, ou através de outros vereadores que têm uma comunicação rápida, ou manda pelo WhatsApp, tu tens meu WhatsApp ou do Freire. Manda que eu tenho toda a condição de responder para ti, logo, em breve. Quanto as entidades que se deixarem auxiliar na distribuição de donativos, no caso das cestas básicas, também vou colocar ali, tem um link, no site da Prefeitura, eu vou colocar pra vocês ali no chat também. Aí vocês podem cadastrar a entidade lá, e elas precisam estar vinculadas ao SEMAS, essa é a segunda leva de cestas básicas

–, preenchem o formulário no link, e o cadastramento vai ser validado conforme a necessidade e a região que está sendo atendida. Em relação à política dos desabrigados, vai ser igual para todos, eu acho que foi Dona lara... Um abraço, lara, bom te ver, como é bom ver rostos conhecidos aqui numa reunião, pois nesse processo que a gente se colocou de salvar as vidas, a gente acaba tendo saudade das pessoas que a gente atende, com quem conversa, então um abraço para ti, lara, da mesma forma para a Bruna e para a Geniane do Pertence, minhas amigas.

Em relação à Vila Santa Terezinha, lara, eu acho que ali a política é profunda, se as pessoas puderem voltar para aquele local, vão voltar, acredito que vão retornar, se der condição; realmente eu não consegui passar por ali ainda, eu fiquei mais para o lado de cá da Av. Sertório, mas a política de desabrigados, enfim, de habitação vai ter que ser igual para todos. Talvez alguns recebam auxílio de reconstrução não só do governo federal, mas algum outro auxílio para se reconstruir aqueles locais; agora, se tiver que existir uma política habitacional, vai ter que entrar na mesma formatação. Óbvio que no caso da Vila Santa Terezinha, a famosa chamada Vila dos Papeleiros, já existe local, ele já está

organizado, então tem que ter que ver caso a caso, isso aí tem que ver com a pasta da habitação.

Em relação ao atendimento às pessoas com deficiência, pauta que é muito cara para mim, as minhas amigas Geniane e Bruna sabem muito bem disso, podem ter certeza que nós trataremos isso de uma forma muito inclusiva e teremos esse acesso para todas as entidades que queiram participar. Isso está no radar e nós teremos que nos juntar para construir uma política em conjunto.

Sobre gestão dos abrigos – eu não sei se eu esqueci de alguma coisa aqui, de repente fui um pouco sucinto nas respostas, mas sigo à disposição para vocês, depois, o tempo que for necessário –, realmente, quando nós começamos a salvar as pessoas, a entrar nessa emergência, felizmente a ONU entrou para cá, com seus pares, que são a ACNUR e a OIM, que é dos migrantes, e capacita todas as pessoas que estão trabalhando aqui na Prefeitura para atendimento dentro desses abrigos. Talvez o atendimento em um ou outro abrigo não tenha sido cem por cento, mas eu volto a dizer: estamos numa emergência, e nessa emergência fizemos todo o possível e, graça a Deus, conseguimos atender, as pessoas não tiveram dificuldades de receber ajuda nos abrigos, alimentação, segurança, e acho que conseguimos atender da melhor forma possível a todos os abrigos. Eu fico à disposição, vereadora e demais.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, secretário Brasil. De fato, você entrou há pouco tempo e no meio de toda essa situação. Dois secretários saíram, um pediu demissão, outro fugiu, e é assim que a Prefeitura vem dando conta um pouco desse trabalho de socorro às pessoas. Obviamente que aqui nós não tivemos todas as respostas que gostaríamos de ter, dos abrigos que vão ser desmobilizados, do cronograma previsto, de quais, quantos são da Prefeitura, quantos são dessas empresas que foram contratadas, quantas crianças em idade escolar, de que bairro são essas pessoas que estão abrigadas, quantas mulheres, quais as escolas que ainda mantém o abrigo, enfim. Nós temos uma série de perguntas e eu quero encaminhar

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

esse pedido de respostas, pela Comissão, pela CEDECONDH, para acompanhar este processo. Nós não tivemos respostas precisas quanto ao cadastramento, as pessoas estão perdidas. Uma hora é um cadastro, outra hora é outro cadastro. Parara isso tem um cadastro para a habitação, outro cadastro para receber os valores, outro cadastro para acessarem alimentação, são vários cadastros, e as pessoas perdidas, sem saber exatamente onde poder cadastrar uma vez só. E como essa resposta sobre o cadastro, para ser enviado ao governo federal, que não tinha sido, até ontem à tarde, o que vocês têm a nos dizer? Nós não tivemos essa resposta aqui, embora tivéssemos aqui com quatro, cinco secretários, nesta reunião. Vou encaminhando para o final esta reunião e pergunto se mais alguém, a Letícia, o Vítor Hugo gostariam de fazer o encerramento aqui, já finalizando o nosso encontro.

**SR. JORGE BRASIL:** Sobre o cadastro, posso responder, vereadora. O cadastro é o registro unificado, vereadora, somente esse cadastro é necessário para receber o auxílio reconstrução do governo federal. Até agora foram enviados 24,5 mil cadastros, famílias cadastradas, e, ao longo da semana, será enviado o restante do cadastro. As pessoas que não possuem o CadÚnico, e são poucas as pessoas mais vulneráveis que não possuem, mas as pessoas então que entraram num recorte de CadÚnico ou porque perderam o emprego por conta da das enchentes ou porque sofreram com esse episódio, ou seja, pessoas que não têm, é um cadastro novo. Aí sim nós sugerimos que faça o CadÚnico, mas aquelas pessoas que já têm o CadÚnico não precisam ir nas agências, não precisam ir nos postos para fazer a renovação. O cadastro é um só, vereador, um só cadastro, só o Registro Unificado feito no site da Prefeitura. Os alojados, o cadastro está sendo feito dentro do alojamento, tanto do Registro Unificado, quanto... Nos alojamentos, nós também estamos indo com o Cadastro Único, lá para auxiliar os novos cadastros. Eu não sei, vereadora, se ficou esclarecido. É um cadastro só, é só o Registro Unificado. Se a pessoa não tem o Cadastro Único, aí sim ela deve fazer, porque a pessoa que não tem o

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

Cadastro Único não deve estar acostumada, porque todos os benefícios da assistência social são dados através do Cadastro Único. Esse Registro Unificado foi criado justamente para que a gente não precise fazer um outro cadastro para a área da habitação, para a área social, para a área do DMAE, enfim, é isso que nós estamos centralizando aqui. Eu espero que eu tenha deixado claro aí. Qualquer coisa, a gente manda novamente, explica novamente, estamos à disposição.

**SRA. PAULA:** Secretário, por gentileza, o seu e-mail correto, para poder reenviar o ofício. Eu enviei para aquele seu que tem o endereço da EPTC.

**SR. JORGE BRASIL:** .É aquele mesmo, eu vou olhar aqui se eu recebi. Eu verifico e já te respondo.

**SRA. PAULA:** *Ok.*

**SRA. LETÍCIA BATISTELA:** Bom, referente a este momento, eu queria agradecer à vereadora, a esta comissão, a esse grupo de pessoas que representam nossos cidadãos pela oportunidade da gente tirar várias dúvidas e esclarecer vários pontos. Eu acredito que a gente tenha respondido a maior parte deles, se não todos. Os que não foram respondidos, no ponto de vista de vocês, a gente está à disposição, para, num outro momento, trazer essas informações. Vocês podem ter certeza que esse grupo, ele está muito empenhado. Nós vivemos 24 horas por dia, de domingo a domingo, todos aqui da Prefeitura, de uma forma exaustiva, buscando a melhor resposta para o cidadão de Porto Alegre. De forma emergencial, a gente montou do nada toda essa estrutura. Nenhuma cidade gaúcha estava preparada para o que aconteceu. Eu não vou entrar no mérito das questões, mas o ponto é esse. Eu sei que tem falhas, às vezes, algumas inconsistências em razão da emergência, mas a gente procurou, através da apresentação que a gente fez hoje. Muitas das perguntas que foram



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

trazidas depois já estavam na apresentação inicial. Acredito que, na ânsia por respostas, muitos acabaram não vendo isso. Então, tanto eu quanto todo o grupo da Prefeitura continuamos à disposição. Se quiserem fazer um segundo momento com essa apresentação, a gente está à disposição também. Não é questão de justificativa, como o Felisberto colocou, é a realidade que a gente está desde o início de maio, desde os primeiros dias de maio, a gente está absorto nesta solução. Estamos à disposição para um segundo, terceiro, quarto, quinto momento, porque os dados que nós temos serão compartilhados sempre com transparência para o cidadão de Porto Alegre, seja através da comissão, seja através de todos os cidadãos, como temos feito quando somos incessantemente procurados através dos nossos e-mails, nosso WhatsApp. Tanto eu quanto o Luiz Carlos disponibilizamos nossos números pessoais de WhatsApp para responder literalmente 24 horas por dia. Então, quero agradecer realmente esta oportunidade de esclarecer e trazer todas as informações para vocês.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Gente, nós vamos precisar encerrar. Sei que não foram respondidas todas as perguntas. Nós, na Câmara Municipal, temos feito vários questionamentos, temos nos posicionado. Ninguém nesta cidade aceita essa proposta de tirar as pessoas dos abrigos e levá-las para cidades provisórias. Isso está riscado; nós não admitimos segregar as pessoas. Por isso, eu perguntei inclusive no cadastro dos abrigos: vocês conseguem identificar de quais bairros são essas pessoas, para que, quando retiradas desses abrigos coletivos, sejam levadas pelo menos para aquele território onde terão relação com a sua vizinhança, com a escola, com posto de saúde, enfim, para que tenham acesso e o direito à cidade.

Portanto, já identificamos, já nos posicionamos e indicamos que devem ser utilizados os prédios públicos, sejam eles municipais, estadual ou federal, sejam do Minha Casa, Minha Vida, para que imediatamente sejam fornecidas casas e não barracas. Ou seja, nós queremos moradia com dignidade. As pessoas dos

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

abrigos, que são o foco do nosso encontro de hoje, não se limitam apenas aos abrigos coletivos, onde estão fazendo o cadastro. Nós temos muitos abrigos domiciliares. Como é que essas pessoas acessam o cadastro? Por que a Prefeitura não tem uma maior transparência, uma maior orientação indicando qual é mesmo o cadastro para essas pessoas que estão nos abrigos domiciliares? Nós temos aqui várias pessoas da região norte e das ilhas, especialmente a Ilha Grande dos Marinheiros e a Ilha da Pintada, muita gente do Sarandi, do Farrapos, do Humaitá que nos perguntam quando vai chegar lá no território deles a solução para tirar aquela água. Porque ainda não chegaram as bombas para retirar a água. Quando vão chegar as frentes de trabalho para ajudar na limpeza? Como que vai chegar a comida? Porque essas pessoas perderam o fogão, gente, perderam, não têm onde cozinhar, não têm mais nem as panelas para cozinhar! Como que vai chegar alimentação para essas pessoas? São coisas imediatas que precisam de respostas, assim como ouvir as pessoas. Aqui, algumas pessoas se incomodaram porque tinha muitos inscritos. Olha, teriam que falar muito mais, porque a população precisa ser ouvida. A população precisa ter voz, essas pessoas já estão muito machucadas. Eu repito, não podemos tratar dessa forma. O Poder Executivo precisa ter respeito com essas pessoas e dar a maior transparência possível para todas as medidas, medidas reais. Porque quando a gente se reúne com o Município, dizem: “não, isso aí é federal, isso aí é da União”. Para nós não interessa de qual Poder, para nós interessa que chegue de verdade a resposta para essas necessidades tão presentes para devolver dignidade a essas pessoas. Eu agradeço muito a todos que aqui estiveram, a disposição inclusive de estar aqui toda esta tarde conosco socializando as suas preocupações e a sua indignação. Porque é um momento de muita indignação, e essa indignação, gente, tem que se transformar em mobilização de cobrar do Poder Executivo as respostas, que não sejam respostas de improvisação, porque qualquer improviso agora, nós sentiremos logo ali. Nós queremos medidas factíveis e medidas que nos deem a condição de acolher a todas essas pessoas. Eu agradeço, portanto, gente. Nós

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Registro de Pronunciamentos e Anais  
017ª CEDECONDH 28MAI2024

---

seguiremos, nos acessem, nós vamos aqui pegar todas as perguntas que foram registradas no chat. Além dessas, as que usaram a palavra, e nós vamos transformar isso num pedido de informação documentado para os órgãos da Prefeitura para que nos respondam imediatamente, e a gente possa também ajudar a que essas pessoas tenham, portanto, as suas respostas. Aqueles que conseguiram aqui não ficar com evasivas, mas, de fato, apresentar as medidas que estão sendo pensadas, nós agradecemos. Esse é o nosso papel, sem dúvida, alguém aqui disse no chat que esse é o papel das lideranças, o papel dos parlamentares, sejam desta comissão ou não, que estiveram aqui demonstrando a sua preocupação, fazendo seus questionamentos sobre a questão da saúde das pessoas, pois a saúde é uma questão bem importante, porque nós sabemos que nos postos de saúde vai aumentar ainda mais a procura. O frio nos leva a adoecer, as águas contaminadas nos adoecem, a saúde mental das pessoas está adoecida, todos estamos muito machucados. O nosso papel, como vereadora integrante da Comissão de Direitos Humanos, a primeira coisa, gente, fazer com que os direitos humanos sejam de verdade representados. Saúde, gente! Estamos juntos e juntos continuaremos. Um grande abraço a todos e todas. Está encerrada a nossa reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h38min.)